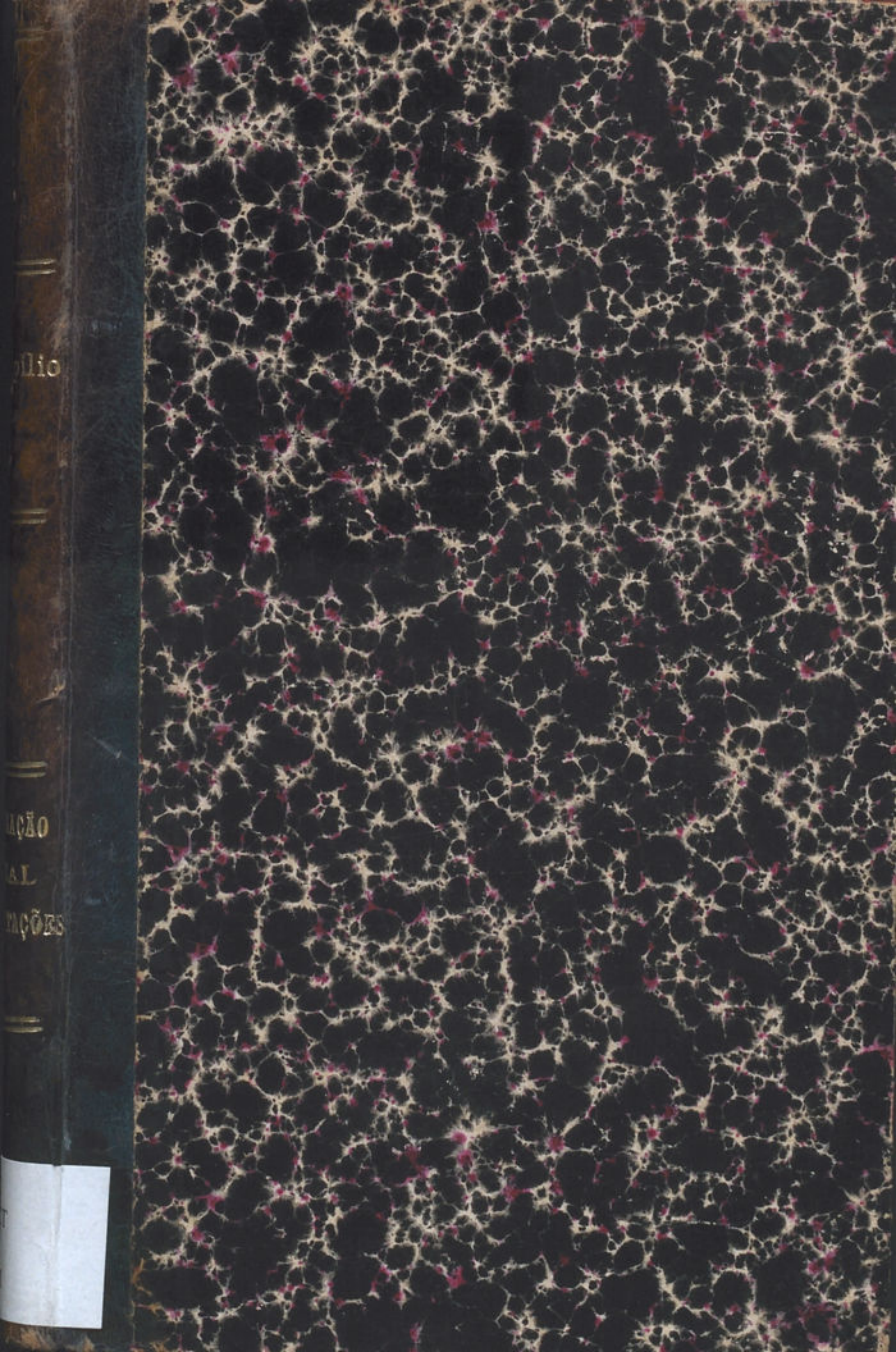

ilio

AÇÃO
AL
TAÇÕES

Sala 2
Est. 2
Tab. A
N.º 44

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 6
BIBLIOTECA

1.050

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 6
BIBLIOTECA

REGENERAÇÃO SOCIAL
REABILITAÇÕES

1.050

DO AUTOR:

Conferência sôbre a Guerra Peninsular — (1909).

Reconhecimentos e Informações (Conferência) — (1911).

Trabalho Histórico Militar — (1921).

Coronel NUMA POMPILIO
Da Ordem de S. Tiago da Espada — Defensor nos Tribunais Militares

Regeneração Social
Reabilitações

CONFERÊNCIA REALISADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA
DE LISBOA
EM 4 DE DEZEMBRO DE 1925

centro ciência viva
HOMULO DE CARVALHO
RC
MNCT
39
POM

LISBOA
J. RODRIGUES & C.ª
186, RUA DO OURO, 188
1927

A' saudosa memória de

REGIMENTO DE INFANTERIA N. 6
BIBLIOTECA

MEU PAE

O Bacharel Antonio Joaquim da Silva — Advogado conscencioso e honesto — trabalhador persistente — exêmplo de amor paternal.

Pára um incitamento futuro á educação e á felicidade do meu querido Neto

O. D. E C.

O AUTÔR

PREFÁCIO

A memória, que é uma madama infiel, á qual, mais que ás adoraveis mulheres, se pode aplicar o epigrama conhecido «. . .bien fou est qui s'y fie», faz-nos por vezes a surpreza de se mostrar nossa boa amiga.

Porque eu perguntasse a mim mesmo por que artes me encontro aqui, confesso que embaraçado, a escrever esta introdução, naquele geito, de um tão castiço sabor latino, que o Coronel Numa Pompilio da Silva teima em apelidar de prefácio, *eis que ela me traz ao bico da pena o nome de Albert Thomás, o velho chefe socialista, que é hoje autorizado Diretor do «Bureau International du Travail», da Sociedade das Nações.*

Falando de Massarik, democrata insigne e primeiro presidente da recem-nada Republica Checo-Eslovaca, disse ele um dia estas palavras reveladoras : Comme tant d'autres interlocuteurs, j'ai subi le charme de ses yeux gris et pènètrants ; mon regard s'est plu á contempler son clair visage, où tous les traits semblent tendus vers une même pensèe . . .

Eu também me submeti ao encanto do olhar cinzento do Coronel Numa Pompilio; e só péla obstinação do seu pensamento e pélo mandato imperativo de uma amizade, que vem de ha muitos anos, consigo achar a razão que me levou uma noite, na Sociedade de Geografia, a fazer a sua apresentação como conferencista e me trouxe de novo, até o portal deste seu livro, pára nele inscrever algumas palavras.

É que, em boa verdade, nem a pessôa do meu amigo, nem a sua doutrina, careceriam de apresentação.

Portugal, já não é hoje a sarcástica «quinta dos Braganças»; mas não deixou de ser algum tanto a «quinta de cada um de nós» e, dentro dela, o Coronel Numa Pompilio não precisa de se pôr em bicos de pés, pára se fazer notar.

Não houvera êle sido, durante largos anos, o ajudante leal, solicito e inteligente, do Regimento de infantaria n.º 14, em cujas fileiras gloriosas serviram tantos e tão distintos camaradas seus, nem houvera calcado, com passo firme, a terra sangrenta da Flandres, que bastaria ao seu renome a atividade por êle desenvolvida no cargo de defensor oficioso do Tribunal Militar Territorial de Vizeu, onde a paixão que toma pelas causas a defender e a sua eloquencia, fácil e persuasiva, lhe deram fóros de um dos mais notaveis temperamentos de advogado, por acaso transviado nos agrestes plainos do deus Marte . . .

Beirão, filho e neto de beirões, o seu coração confrange-se ao contacto da terra dura, do clima hostil, da gente humilde e desgraçada.

Corre-lhe nas veias o sangue, amalgamado pêlo trabalho dos séculos, em que se fundiram á nativa sobriedade dos iberos, as célticas qualidades de bravura e de independência de que Vercingétorix, na Gália, e Viriatus, na Lusitânia, fôram os históricos expoentes. Herdou, com seus cabelos loiros e seu claro olhar, as aptidões politicas, religiosas e juridicas dessa soberba raça visigótica, cujo último rei veio acolher-se, pâra ahi morrer, — si vera est fama! — aos muros da vetustíssima cidade beirôa.

Pertence a essa sub-raça notável que desde os primeiros tempos segurou o destino da Nação Portuguesa, fazendo rosto, pelas atalaias de Almeida, Celorico e Trancozo, aos ventos e ás gentes do planalto castelhano. Raça de um sangue rubro que, latejando sádiamente nas artérias do povo, lhe deu ânimo pâra escorraçar dos fojos e das luras o lobo, o javardo e a vibora, que infestavam quebradas e alcantis, e lhe enrijou os musculos com que desmuronou e rachou a penedia, pâra o socalco das encostas e o arrêto das torrentes, transformando a serra áspera nos tabuleiros verdejantes — que são cabeleiras de searas, vergeis de frutos e pascigos de gados — donde se nutre agora a mais paciente e prolífica população de Portugal.

Oriundo de uma casta assim, que em si mesma topa o exemplo de quanto, pâra viver honrada vida, é necessário trabalhar e sofrer, era curial que os principios mais belos da solidariedade humana, a consolidação da família, a disciplina dos agregados citadinos, a repressão do crime, a emenda dos viciosos, o amparo dos

miseraveis, entrassem no rol dos afetos do seu coração, afinado ao contacto das normas juridicas dos códigos da Justiça Militar.

É desta nativa compassividade, que vem o ar romântico que por vezes tomam o conferente e a conferência, sob a invocação dêsse genial Victor Hugo, cuja voz sonorosa se faz escutar ainda, por entre as brumas de um passado já distante, como uma fanfarra gloriosa.

Todavia, êsse romantismo nada tem de literário ou de artificioso. Certo é que o camiliano Amor de Perdição, *com o* Mário, *de Silva Gaio, e as* Pupilas do snr. Reitor, *de Julio Diniz, são hoje ainda os livros que se encontram em mãos das mocinhas beirotas, nada afeitas, felismente, ao realismo grosso da* Garçone. *As nobres e impetuosas paixões e os suaves idílios são, e serão sempre, nos livros de imaginação e nas crónicas dos factos, o* curriculum vitae *da mocidade da minha terra. Se o beirão é o sensual dos fortíssimos livros de Aquilino Ribeiro, é-o apenas na medida antropomórfica em que se revela um fiel espelho da Natureza: genesíaco como as veigas úberes que cultiva, fecundadas pélas levadas da agua corrente, ao bom prazer do sol; mas sempre pronto a trepar ao cimo dos oiteiros, pára a descortina dos largos horisontes, alcançando não raro o cúme da mais formosa ideologia.*

Colocando-se sob o patrocínio de Hugo, o Coronel Numa Pompilio não deixou de ser homem do seu tempo.

O jogo, a prostituição, a calúnia, o entrechoque do

vício e da virtude, do crime e da lei, as desegualdades sociaes, os deslises dos caracteres, são eternos assuntos. Ponto é saber atualisa-los, fixando na hora que passa o aspeto saliente da sua evolução e ter a originalidade ou a arte sedutora de lhes indicar paliativos, quando não possa, com segurança, receitar-lhes infaliveis drogas legislativas.

«Qui pense finement et s'exprime avec grace
«Fait tout passer, car tout passe !

Os livros de todos os modernos propagandistas de uma melhor organização social, os tratados dos mais substanciosos criminologistas, os discursos dos grandes agitadores ou os relatórios dos ponderados economistas, nem sempre acrescentam grande coisa ás visões de um homem de génio, com a sensibilidade advinhadora de um poeta.

É bom andar ao par do movimento das ideias modernas, dêsde a ousadia dos teóricos do sindicalismo revolucionário, como Georges Sorel e como Lagardelle, ou a arranhante análise de sociólogos como Michels e Ostrogorsky, até aos ensaios construtivos dos homens de Estado americanos e europeus.

Mas melhor que tudo isto é ter o coração no seu logar, ter uma moral assente sobre pilares, que atravessam todas as edades, quando se não pode ter uma inteligência suficientemente aguda pára sacar do acervo dos fenómenos sociaes as leis da conexão e da subordinação dos caracteres, tão certas como as que o talento de um Cuvier, de um Geoffroy S.t Hylaire e de um Ri-

chard Owen, soube descobrir como principios das classificações botânicas e zoologicas.

O coronel Numa Pompilio aspira a ver uma sociedade forte e feliz. Tem fé no futuro e acredita nos homens. É já meia felicidade. Lembro-me de que o inglés Horacio Walpole respondendo a M.me du Deffand, entrada já na casa dos 73 anos, lhe escrevia em 1770: «Dizeis-me que haveis renunciado á esperança de ser feliz. Como pudéstes conservar uma tal esperança, por tanto tempo?»

O que não sei, foi o que ela lhe retrucou. Talvez lhe dissesse que a esperança é de todas as edades e que a fé nos destinos da sua patria e a confiança na melhoria das condições de vida dos seus concidadãos bastam para animar uma vida inteira, tanto podendo abrigar-se no peito galante de uma mulher, como no arcaboiço medalhado de um coronel.

O que se torna mister é que os homens de fé sejam legião. Já o Eclesiastes, na sua sabedoria divina, sólta o grito trágico:

Vae soli! quia cum ceciderit, non habet sublevantem se!

A conferencia proferida na Sociedade de Geografia, foi um eloquente apêlo aos sentimentos generosos dos ouvintes. Merece bem ser espalhada aos quatro ventos, na forma duravel e definitiva que lhe dá a imprensa. Ao encolher de hombros, com que possam ser recebidas algumas das suas sugestões taxadas de utópicas pelos

espiritos soi-dizants *positivos, poderei eu responder com aquelas singelas rimas do delicioso Pierre-Jean Béranger:*

Combien de temps une pensée,
Vierge obscure, attend son époux !
Les sots, la traitent d'insensée ;
Le sage lui dit : cachez-vous !
Mais, la rencontrant loin du monde,
Un fou, qui croit au lendemain,
L'épouse ; elle devient féconde
Pour le bonheur du genre humain.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1927.

Afonso de Melo.

SUMARIO

I — Considerações prévias e explicativas do assunto da conferência.

II — A Regeneração sociál e as Reabilitações : Análise geral.

III — A Regeneração e as Reabilitações á Luz dos *Miseraveis*.

IV — Os factos criminosos e a Vindicta pública. Princípios norteadores das pênas em ordem ás *Reabilitações*. Agentes de *Regeneração social*.

V — Regeneração. Reabilitações. Causas. Incentivos. Fâtores nocivos :

a) Jôgo
b) Alcoól
c) Prostituição
d) Mexericos
e) Mendicidade e Ociosidade.

VI — O Teátro e o Cinêma, propulsores, ou inimigos da *Regeneração social* e das *Reabilitações*. Graves responsabilidades dos Autores das Peças Teatrais. Causas da decadência do Teatro Nacional. Errados julgamentos do mérito de Autores, Atores e Atrizes.

Afastamentos prematuros da Cêna. Evocação e justa saudade do Teatro Histórico.

VII — A perturbação da *Regeneração* e das *Reabilitações* :

a) pêla crise de caráter
b) pêla incompetência profissional
c) pêla ganância e pêla uzura
d pêlo analfabetismo.

VIII — O sistêma prisional com diréta influência na *Regeneração* e nas *Reabilitações.*

A verdadeira Justiça.

Proteção á infância em ordem a evitar a sua Criminalidade.

Beneméritos da Pátria:

Silva Pinto — Padre Antonio de Oliveira — Padre Sebastião de Vasconcélos.

IX — O papel da Imprensa na *Regeneração social* e nás *Reabilitações.*

A pormenorisação dos delitos e a sua influência e sugestão.

Crimes passionais.

A opinião pública e a Imprensa.

Os bons e os maus livros.

O romance e a novéla histórica.

X — A perturbação social pêlo anonimato.

XI — Poderoso incentivo das *Regenerações* e das *Reabilitações:*

a) prémios

b) respeito e considerações sociais.

XII — Reabilitações legais.

Êrros judiciários.

Revisão procéssual.

XIII — Pêna de morte.

XIV — Influência da Moral Religiosa e Tradicionalista na *Regeneração* e nas *Reabilitações.*

Defeitos de muita Moral hodiérna.

XV — Campanhas derrotistas: o desânimo.

XVI — A mulhér e a sua decisiva influência na vida social.

XVII — As escólas com diréta influência na vida dos Povos.

XVIII — Considerações fináis. O resurgimento da Pátria.

REGENERAÇÃO SOCIAL

Reabilitações

Causas — Incentivos — Influências em fundos e apêlos Patrióticos

. . . . . .

O menor número possivel de pecados é a lei do homem.

Não pecar absolutamente é o sonho do anjo; tudo quanto é terrestre, está sugeito a pecar.

O pecado é uma gravitação.

. . . . . .

Sêr santo é a excepção; ser justo é a regra.

Errai, desfalecei, pecai, mas sêde justo.

. . . . . .

Haverá mais alegria no céu pêlo rosto debulhado em lágrimas de um pecador arrependido, do que pela tunica branca de cem justos.

. . . . . .

Palavras de Myriel — VICTOR HUGO.

Ha um espectaculo mais grandioso do que o már, é o Céu; mas outro mais grandioso do que o Céu, é o intimo da Alma.

VICTOR HUGO.

CONSIDERAÇÕES

Ou seja no cumprimento de deveres impostos pêla atenção e respeito pâra com superiores, em relação a ordens e, por vezes, desejos nesse sentido formulados, ou em obediência a princípios orientadores do que se me tem afigurado naturalissima obrigação de todo o Português — sobretudo de todo o militar ao serviço e defesa da sua Pátria — eu tenho expôsto, sempre que as minhas obrigações oficiais o permitem, quer oralmente em confererências públicas, bordando aspetos vários, ou em festas e serviços militares, quer por escrito em trabalhos — alguns dados á publicidade — e embora sempre por fórma humilde, singela e simples, tudo o que se me tem afigurado em ordem á consecução de possiveis benefícios sociais.

Por vezes, porém, tenho pensado em realisar uma conferência visando especialmente á demonstração da suma utilidade que naturalmente advirá quando bem compreendidas forem as bases do que poderemos chamar — em forma genérica — a «Regeneração Social» e

mais sinteticamente ou restritivamente «Reabilitação» nos diversos campos da criminalidade, analisando igualmente os principais meios tendentes a evitar qualquer perturbação no estado da ordem e da disciplina.

E tendo ha muito essa ideia, venho agora pô-la em execução.

«Regeneração» é naturalmente a transformação do homem no caminho da dignidade e do dever; e é a modificação do seu sêr em ordem aos bons e salutares princípios; como que uma sua nova personificação; é bem o seu adaptar a uma outra individualidade de brio e de pundonor; a passagem do mal ingénito, ao bem e á virtude; representa uma alvorada na tenebrosa noite das existências sempre companheiras até ahi da crápula e do vício; é, emfim, a acquisição dos direitos sociais, nunca usofruidos anteriormente.

A «Reabilitação» indica a reconquista de direitos também harmónicos com as Leis, e anteriormente usofruidos; de previlégios outróra disfrutados; de garantias suspensas — mesmo perdidas — seja por decisões no campo judicial, ou por apodos e critérios de opinião; emfim, de um passado honesto e honrado.

Propriamente a «Reabilitação» pode sêr pronunciada por sentença oficial, ou por decisões da Sociedade.

Tem logar aquela, se das perturbações naturalmente resultou processo cuja revisão pode ser concedida, como é sabido, pelos Supremos Tribunais, de Justiça e Militar, segundo as regras e condições prescritas na legis-

lação vigente; — esta, se a condenação teve logar no Tribunal da Opinião Pública.

Existe também uma «Reabilitação»; a que é determinada pêla própria consciência do indivíduo. visando factos só dele conhecidos — a «Reabilitação» do fôro intimo — tendo-o exclusivamente como juiz.

Mas, seja qual fôr o aspéto porque possâmos e queirâmos olhar este momentoso assunto, teremos naturalmente de partir de uma de duas hipóteses: ou a «Reabilitação» é impulsionada por uma causa reputada justa pêlo supôsto delinquente — afinal condenado — que se julga inocente por não ter cometido a falta, achando-se com a sua honra conspurcada á face da Sociedade, -- ou êle está convicto do seu crime, ou da sua culpa, e pretende reabilitar-se pêlo arrependimento num futuro mais ou menos próximo.

Não sendo, como não é, meu propósito, entrar aqui na apreciação jurídica das Leis, ou, mesmo, na sua interpretação, visará o trabalho a que me propuz a análise, tanto quanto necessário, desenvolvida pâra resultar eficáz, das «Reabilitações», que possam corresponder ao cometimento da falta nas três circunstâncias a considerar, quer diser, tendo havido condenação judicial, simplesmente a da opinião pública, ou, excluindo estas, sómente a do Tribunal da consciência, a que chamei de fôro intimo.

Estudarei estas, e, já se vê, a já aludida «Regeneração» sôb todos os aspétos e fórmas como ela possa e deva considerar-se pâra maior felicidade da nossa Terra.

A' LUZ DOS «MISERAVEIS»

. . . . . .

O que me obriga a falar? a minha consciencia.

. . . . . .

Pâra viver, noutro tempo, roubei um pão; hoje, para viver, não quero roubar um nome.

. . . . . .

João Valgean — VICTOR HUGO.

. . . . . .

Agora já a minha querida filha não terá frio.

Vesti-a com os meus cabêlos.

. . . . . .

Fantine — VICTOR HUGO.

Por vezes tenho manifestado a minha opinião quanto á existência de uma obra — pâra mim a maior, nos campos romântico, histórico e filosófico — Onde possa ir beber-se auxilio pâra demonstração de qualquer princípio: os *Miseraveis* do grande, entre os grandes, Victor Hugo.

Verdadeiramente admiravel, êsse cérebro potente avassalou e Mundo, ensinando-o, guiando-o, iluminando-o com os fulgores portentosissimos do Génio !

Nessa Epopeia gigantêsta abordam-se e desenvolvem-se com excecional maéstria todos os assuntos sociais, estudando-os e resolvendo-os nos seus mais intrincados e recônditos aspétos !

Nos campos simplesmente narrativo e romântico, agrada, comove e distrái ; no histórico, que trata com conhecimentos profundos — alguns havidos mesmo nos locáis da realisação das suas cênas — tem ensinamentos grandiosos ; mas aonde o pujantíssimo talento do Mestre mais se salienta é nas inúmeras e imorredoiras páginas da sua santa e sã filosofia !

Que idiais sublimes !

Que princípios !

Que deduções !

Que grandiosas sínteses !

Abisma-se ali a alma humana no conhecimento rigoroso dos factos e das coisas; engrandece-se o espírito na contemplação de lições sempre belas : é como se ajoelhassemos subjugados ao impulso de um poder inegualavel—sugestionados por fôrça excecionalmente poderosa !

Vastissima a sua obra em prosa e cheia de conceitos e imagens formosíssimas ; ternos, meigos, sedutores, os seus primorosos versos — tambem empolgantes sôb o seu fundo filosófico — tenho no entânto e de ha muito segura opinião de que é nêsses incomparaveis *Miseraveis* que mais a humanidade tem aprendido e pode e deve continuar a aprender.

Creio já ter afirmado isto mêsmo em um dos meus estudos; mas é-me sempre grato volver a repetir, como verdade que reputo incontestável, sêr nêste livro Bemdito que o Poéta das «Comtemplações» mais edificou e ensinou o Mundo!

Sim, o Mundo, porque o Mundo inteiro refléte o influxo dessa pujantissima mentalidade da França, Nação que depois de Roma e de Athênas, tem sido a nossa mãe Latina e o guia educador do género Humâno!

Mas, senhoras e senhores, eu não quéro desviar-me do assunto a que me propuz e, se divaguei um tanto sôbre essa imortal Figura, foi porque, falando nela me impendia o dever de lhe prestar o culto sempre fervoroso do meu respeito!

E falei nela porque mais uma vez eu vou buscar á sua Obra elementos em defêsa da minha Ideia, quanto á «Regeneração» e á «Reabilitação Sociais».

E se não, dizei-me vós que tendes paciência de ouvir-me: não é ali, como talvez em nenhum outro livro, que melhor se salientam esses princípios?

Que dizer dessa miseravel vida de João Valgean, prêso e condenado por haver roubado um pão de alguns sous, aliáz em condições excecionais e fundamente impressionantes em face do senso e da rasão, atravessando depois toda uma odisseia de pesáres e de amarguras, até encontrar a figura angélica do Bispo, que, influenciado e inspirado pêlo Céu, o remiu e o salvou?!

Que dizer dessa figura, mal compreendendo a princípio os deveres e obrigações sociais, que levada pêlo

humano e naturalissimo desejo de matar a fome a pessoas de familia, quebra, em momento de alucinação, a vidraça dum estabelecimento, pâra levar consigo o fugaz lenitivo á miséria e á desgraça dêsses seus entes estremecidos ? !

Que dizer das duras provações que depois ela sofreu, originadas na condenação imposta, duradoira e terrivel, até ao dia da sua redenção ? !

Como encarar a degradação moral a que a votaram as Leis, ao primeiro rebate, inconsciente e imperioso do infortúnio ? !

E que diser ainda dessa atmosféra — asfixiante e deletéria — envolvendo uma alma cruèlmente abandonada de tudo e de todos ? !

E por último, que diser também da Santa influência reabilitando-o aos próprios olhos e aos alheios, deixando-lhe passar ainda dias de felicidade inegualável, até se lhe render o espírito, iluminado pelos cintilantes clarões das velas dos castiçais, que outr'ora lhe haviam sido dados como incentivo e condicional princípio de nova vida ? !

Não será tudo isto dígno, hoje e sempre, da nossa mais acendrada atenção ?

Não poderá aprender tanto a humanidade em exemplos assim de valor tão incontestavel ?

Que evolução sublime aquela porque passa a alma do pobre camponez de Faverólles dêsde o primeiro acto que o fez encarcerar, até que reabilitado perante Deus e perante a sua consciencia, passou ás etérias regiões da Imortalidade !

Toda a sua existência, parece-me, foi e será sempre lição salutar àqueles que, tendo prevaricado, embora, em circunstâncias excepcionais, precisam e anceiam uma regeneração.

E tambem devia e deverá servir sempre de exemplo pára os que, tendo na sociedade de fazer aplicação das Leis, não olhem estas exclusivamente sôb o aspecto incompreensivel e absurdo da rigidez, antes norteiem as suas decisões em linha de possivel e honrosa transigência.

Mas não é só em João Valgean — personagem principal dessa obra que, como fanal brilhante pode servir de guia a tudo e a todos — aonde encontrâmos bases sólidas do que é e póde sêr a «Reabilitação»; tambem ali existem outros personágens, figuras de grande relêvo a ensinar e a edificar nêsses princípios, e, êntre elas, «Fântine».

Victor Hugo, rendendo preito e homenagem á Dôr e á Desgraça, apresentou bem o que pode sêr, e por vêzes é a mulher — êsse ente em geral fadado pâra a aflição e pâra o martírio!

Apresentou essa pobre «Fântine» na experiência das maiores degradações da crápula e do vício; fê-la atravessar toda uma vida horrivel e desditosa; sujeitou-a aos mais pungentes tratos da Sociedade; obrigou-a a beber a taça da amargura; crucificou-a; mas depois remiu-a e salvou-a, dando-no-la por fim em refulgência magestosa e bemdita, perante os deveres sacratíssimos de Mãe!

Grande, simplesmente grande nessa transformação! Leviana, imprudente, rastejante, numa palavra, miseravel; depois, grandiosa, sublime, verdadeiramente excelsa e celestial!

Regenerou-a, reabilitou-a, santificou-a o bemdito amor por sua filha, por Cosêtte!

Creio que êstes dois exemplos, como talvêz nenhuns outros, bastarão á demonstração dos meus designios.

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 8
BIBLIOTECA

FACTOS DELITUOSOS
VINDICTA PÚBLICA

Vejamos agora o estudo que nos devem merecer os factos delituosos e a Vindicta pública.

O facto, olhado como delituoso, quando afinal não justificado, deve naturalmente merecer a necessária vindicta e repressão social: e pâra isso se fiseram as Leis penais; Mas nunca aquêle que as executa, ou fizér executar, deverá esquecer o grande princípio a que as mesmas leis visam e hão-de visar sempre: a possivel «Regeneração» dos delinquentes.

Êste princípio deve nortear todos os julgamentos.

Nunca se deve esquecer que o contrário seria fechar os Horisontes da vida, suprimir Fontes de Luz e de Esperança, matar desejos de possivel e natural arrependimento!

E também os julgadores deverão têr em vista a existência de uma ação inevitavel e divina, que implacavelmente se manifesta em todos os criminosos ainda não completamente corruptos ou prevertidos: o remorso — êsse remorso que, segundo tantos autores e o nosso senso indica, ao mesmo tempo que representa

o maiór dos castigos, também constitui um poderoso agente reabilitador, dando, como dá, segura garantia de existir a Consciência — êsse Augusto e implacavel Tribunal ao qual jàmáis pode fugir-se — demonstrando também que o sêr moral aínda não está completamente perdido.

Devo dizer que é em extremo consolador presenciar que, felizmente, doutos e integérrimos Magistrados, não esquecem estes salutares princípios, antes os aplicam sempre, orientando por êles as suas decisões.

Ao passar a outro ponto do meu trabalho, quero fechar aqui, lembrando o grande princípio de Platão acêrca do remorso.

Muito se tem dito e escrito a respeito da Filosofia do Direito — e é certo que ensinamentos soberbos veem a cada passo iluminar êsse campo doutrinário.

Mas também o não é menos que grande número de princípios antigos, ainda hôje calam e calarão no nosso espírito, tradutores como são de verdades claras e incontestáveis — tão claras e brilhantes, como a luz bemdita do Sol que nos ilumina e deslumbra !

Platão dizia : «a piór desgraça que póde acontecer ao homem depois da de ter praticado o mal, é a de não receber o castigo que mereceu».

E é assím.

O homem prevarica?

Deve têr um castigo.

Não esquecer, porém, como já fica dito em linhas gerais — e não é demais repeti-lo — que êsse castigo deve sêr bem proporcionado e harmónico ás circuns-

tâncias do delito; têr em vista todas as condições que o envolvem; olhar a tudo o que possa respeitar á pessôa do delinquente, nas suas relações e no seu viver; um castigo que, sobretudo, encontre a provação na pessôa daquêle que o deve sofrer; que por êle seja reputádo justo e devido; um castigo, emfim, que seja resultado de tudo o que fica expôsto, mas que não deixe por qualquer fórma de visar á possibilidade — tantas vezes, felizmente, a certesa — do arrependimento pêlo remorso, êsse remorso que, como já fica dito, involuntário, independente do desejo — Lei Divina que é — hade ajudar poderosa e eficazmente a nossa «Regeneração».

centro ciência viva
RÓMULO DE CARVALHO

REABILITAÇÕES

Causas — Incentivos

São diversíssimos, como é óbvio, os fatores que podem influir na «Regeneração» e na «Reabilitação» prejudicando-as; na impossibilidade, porém, de a todos me referir, quero concretisar os principais, afim de serem apreciadas e, possivelmente, atendidas as idéas sôbre êles apresentadas.

Concretisar os principais, disse eu, e não analisando especificadamente aquêles bem conhecidos de todos e que, constituindo verdadeiros motivos de dôr e de angústia, dia a dia vão lançando na miséria tantas e tantas famílias, e na orfandade tantos e tantos inocentes!

E não os analisando especificadamente, já porque isso seria desnecessário à face da sua vulgarisação, conhecimento e lutas emergentes, já porque o contrário importaria delongas e apreciações que se não comportariam com êste trabalho.

O facto porém, de não tratar demoradamente alguns dêsses fatores, de maneira alguma evita que a êles faça

alusão, pâra mais uma vez, embora talvez estèrilmente, serem apontados à execração pública.

Quero, pêlo menos, que aqui fique êsse natural protesto contra vícios nefandos — os mais asquerosos e repelentes — constituindo verdadeiros crimes e autênticos motivos de descalabro social; — que se registe bem a acentuada repugnância — o justificadíssimo receio — que toda a gente sensata e prudente deve sentir, ao ligeiro aproximar dos antros de preversão e ruína, morais e materiais, aonde podem perder-se — e tantas vezes se perdem — as mais elementares noções do brio e da dignidade!

Refiro-me, é claro, ao jôgo, ao alcool, à prostituição, aos mexericos e à mendicidade e ociosidade.

Jôgo

O jôgo de azar, e mesmo todo o outro quando desacompanhado da natural e indispensável prudência, quem o ignora? representa um sorvedoiro horrível aonde se tem lançado e continuamente se lançam as economias e os bens das famílias; um autêntico motivo de lutas e de dissenssões, levando á desunião, ao mal-estar, e por fim, ao abandono; um guia infeliz, mas seguro e firme, da crápula, da traição, da desonra, do crime e, tanta vez até, do suicídio! — emfim, um verdadeiro cancro da pobre humanidade.

Diz Brissot que os vícios são sempre pâra os costumes, o que os crimes são pâra as Leis, e o vício é sempre o pai do crime; e acrescenta que o libertino, o jo-

gador, o pródigo e o indigente, se aproximam ao ladrão e êste ao assassino — (*Moyens de prévenir les crimes*).

O jôgo de azar foi sempre condenado pelos códigos de todos os povos, tendo em França Luiz XIII declarado por uma sua ordenança infames, intestáveis e incapazes pâra servirem ofícios públicos, aquêles que prevaricassem, embora seja curioso apontar, segundo as observações de *Filangiéri*, na sua *Scienza della Legislazione* que o resultado disso foi o fecharem-se as portas que até ali estavam abertas, e jogar-se como dantes!!

E' sabido que os Romãnos tinham um ódio profundo aos que admitiam em sua casa jogadores a jogarem jogos de azar, e tanto que o Pretôr lhes negava ação pâra o desagravo dos insultos que lhes fizessem, ou pâra a indemnisação das pêrdas que lhes causassem e roubos que sofressem, dando-se naturalmente como razão disto, que êsses homens, ocasionando tais delitos ou dânos, deviam imputar a si mesmos os efeitos de que eram causa.

Mas, apesar disto, o terrível vício vai, mistificado sôb diversos e variadíssimos disfarces, campeando infréne, produzindo ruínas e insolvências de todas as naturesas!

Ainda direi sôbre êle que na *Teoria das Leis Criminais* do aludido Brissôt, se lê o seguinte: «Um dos maiores males que a ociosidade difunde nas sociedades numerosas, é o amor do jôgo.

E' um flagélo das grandes cidades, trás consigo os

roubos, a libertinagem, a súbita ruína de antigas e opulentas casas, a prostituição dos princípios da honra e da virtude e, muitas vezes, a desesperação e o suicídio.

Tem-se tentado mil meios pâra o suprimir, porém, debalde. As pênas corporais são rigorosas, as infamantes inaplicáveis, as pecuniárias são as menos más, ainda que tenham seus inconvenientes.

Mas a sanção penal não deve recaír senão sôbre o delito, e êste depende da desordem das paixões.

Não a própria inclinação do jôgo, mas o seu abuso, é que deve ser delatado aos Tribunais: as Leis devem punir os efeitos, e dirigir simplesmente a causa.»

Assim falava o grande mestre da criminalogia.

Assim transportei eu para êste estudo tão ponderosas razões jurídicas e morais, que oxalá frutificassem no sentido de se eliminar de vez — ao menos restringir — tão pecaminosa e nefânda defeção social!

Alcoól

O vício do alcoól, todos o sabem, trás consigo um fúnebre cortejo de sofrimento, de dores e de amarguras que transformam o homem num verdadeiro farrapo humano, dilacerando-o, corroendo-o, tornando-o motivo de troça e de ludíbrio, fazendo-o olhar com nôjo, com desprêso e com sarcasmo!

Vício atrós, que vai minando, lenta, mas seguramente, ganhando progressivamente terrêno e convertendo por fim as pobres vítimas na hediondês das suprêmas abjeções!

O infeliz dementado pêlo alcoól, antes exemplar e

previdente chefe de família, amigo dedicado e extremoso dos seus, terno e carinhoso pâra os filhos, pacífico, trabalhador e bemquisto, torna-se a breve trêcho conflituoso, imprudente e provocador, ocioso e mau, recebendo com desdém e desinterêsse as justas ponderações que a necessidade origina e explica, despresando os entes até aí estremecidos à sua alma, troçando das angústias da pobre mulher que se vê sem recursos, e apresentando no *fáciés* os estigmas certeiros da loucura em evolução, e em todo o corroído corpo, as manifestações do delírio percursor rápido da morte!

Como seria pâra desejar que êste quadro pungênte — traçado com verdade e tanta vez presenciado com horror — conseguisse trazer à realidade da vida aquêles que, sem o pressentirem, vão escorregando no lodaçal da depravação, déssa depravação que não perdôa e ceifa tanta existência útil e necessária!

Como seria pâra desejar também que a campanha desenvolvida contra tal vício — e diga-se a verdade, por vêses bem urdida e certeira, já em quadros expostos nas escolas e nas oficínas, já em fitas de flagrante realidade corridas nos cinêmas — contribuisse pâra o mêsmo fim moralisador!

Prostituição

A prostituição — essa então é horrorosa sôb qualquer aspéto aviltante e ruinosa em qualquer das suas manifestações!

Não visei no meu trabalho — nem poderia fazê-lo —

a análise de factos colocados sôb a sanção do nosso Código Penal; e se me referi ao jôgo de azar e ao abuso do alcoól, e se ainda fizer alusão à mendicidade e à vadiagem, é porque, embora êles ali encontrem, de alguma fórma, repressão, constituem, como também disse, fatores importantíssimos na revolução social e tanta vez são olhados com benevolência, a meu ver contraproducênte e fundamentalmente nociva.

Falando também, embora rapidamente, da prostituição, direi que a julgo, como é natural, altamente desmoralisadora.

O nosso Codigo também a prevê e pune sôb o nome de «Lenocinio», fazendo corresponder a sua classificação ás de corrução ou devassidão, e em vários aspétos.

As penas cominadas são relativamente benévolas, se as compararmos ás dos tempos antigos, o que de resto sucede em quasi todos os crimes, por motivos fácil e naturalmente compreensiveis.

O *Lenocinio* é afinál a pública prostituição da honestidade, feita pâra o fim do lucro ou cómodo, assim o define *Bochmer* nos seus *Elementos de Jurisprudência Criminal.*

Carpzov, no seu tratado *Prax. rer Crim.*, diz que os corrutores da mocidade devem sêr severamente punidos.

E acrescenta «que o mal que êles fazem é enorme, porque ábrem a uma rapariga honesta a estrada da libertinagem, que, sem isso, éla não caminharia; fázem-lhe perder um estabelecimento que a tornaria mulher,

e mãe virtuósa ; formam a desgraça dos seus paes e parentes honrados ; e em uma palavra, a perdem pâra toda a vida».

Brissot. na já citada *Theoria das Leis Criminais* diz que «embora sejam muito poucos os paes que prostituam as filhas, ha um grande número de despresiveis creaturas que fazem um comércio vergonhoso das torpêzas do belo séxo».

Os Pegnânos abandonavam as suas mulheres, quando délas se desgostavam, e as empenhavam e vendiam quando lhes eram infiéis, porque as reputavam uns móveis.

Em Inglaterra tolerava-se a prostituição marital, e era permitido ao marido conduzir sua mulher á feira pâra a pôr a prêço. Isto resultava de se não saber apreciar o valor do belo séxo e fixar o seu estado civil e conhecer os seus direitos.

E termina por dizer que, «como é importante pâra o Estado que nêle haja Cornélias e Pórcias, devem consequentemente punir-se as Messalinas, e as Fulvias, assim como os seus corrutores».

Evidencía-se assim, pêla análise destas apreciações juridicas, em relação aos tempos hodiernos, que, dada como ali já se reconheceu, a supremacia a muitos títulos, da mulher — hôje dignificada perante a Lei e perante a Sciência — muito mais abominavel se torna a corrução e prostituição (chamêmos-lhe juridicamente *Lenocinio*), ou a sua simples tentativa.

Pâra finalizar esta análise, vamos ràpidamente percorrer o que a legislação antiga, preceituava quanto á mesma prostituição.

A legislação de Moysés reprovava-a em absoluto, sem que, comtudo, determinasse pêna especial contra êla.

Os Romãnos, no tempo da República livre, só notavam com a infâmia os réus dêsse crime.

Tibério puniu-a, pêla primeira vez, com destêrro.

Justiniano estabeleceu a pêna capital contra os culpados, mas só no caso de prostituirem as mulheres contra sua vontade.

Os Visigódos castigavam o *Lenocinio* qualificado, com a pêna de açoites, e com a mutilação das orelhas, a qual última pêna se costumava comutar na da relegação ou trabalho nas obras públicas.

A Constituição Saxónica adotava as mesmas pênas.

Em França, os réus de tal crime, eram conduzidos pêlas ruas sôbre um jumento, marcados e açoitados, sendo depois reclusos na prisão.

Em Castella, os *alcoviteiros* eram punidos pêla primeira vez com cem açoites e dez anos de galés, pêla segunda, com açoites e galés por toda a vida, e pêla terceira, com a morte.

No Codigo Criminal do Grão Duque da Toscana, era punido nas pessôas de um e doutro séxo, pêla primeira vez com açoites públicos sôbre um jumento e degrêdo ; pêla segunda, com trabalhos públicos pâra os homens, e com a prisão em uma casa de fôrça pâra as mulheres, a qual última pêna teria sempre logar, quando se tratasse de punir tão infame delito o pai, a mãe, o marido, o tutor, o parente e todos aqueles a quem a

guarda da pessôa fôsse confiada, os criados, as criadas, e todos aqueles que estão ligados ao serviço da casa habitada pêla mulher, que por seu meio se prostituisse, e se augmentará no caso de se haver seduzido mulher donzela, e ainda mais se não fôr ainda nùbil ; e se usar de violência, etc.

O nosso Código Afonsino fazia punir com o perdimento dos bens, e com açoites, os réus de tal crime, sendo a pêna de morte só dada no caso de reincidência.

Mr. Brissot de Warville, entendia que os pais crueis que vivem da desonra das filhas, devem ser punidos sevèramente nos Estados em que a Virtude ainda tem a sua energia. E dizia também que se deve ajuntar á infâmia civil a publicidade, marcar o culpado, sendo conduzido pelas ruas com um cartáz ignominioso, e encerrado dentro da prisão, depois de degradado do título de pai, sendo obrigado, emfim, a trabalhar ali pâra êles. E que o marido que, violando a Lei Santa do Matrimónio, se faz indigno do titulo de Esposo, deve ser dêle privado, tirarem-se-lhe a mulher e os filhos, sendo comtudo obrigado a trabalhar pâra a sua subsis tência, e por fim, bani-lo, porque, ficando no Estado, pode propagar a corrução.

Mexericos

Direi ainda que na Legislação antiga se encontra um crime que, embora não prevenido na de hôje, se comete a cada passo, perturbando e prejudicando a Sociedade: os *Mexericos*, cuja palavra é oriunda do verbo mexer,

porque, como se dizia e bem, os mexeriqueiros mexem e embrulham tudo.

Tratava dêles o Código Manuelino, l. 5, tit. 79. § 3.º, d'onde se transferiu para o Filippino, — l. 5.º tit. 85.

Os processos do *Mexerico* hoje naturalmente conhecido por *Soalheiro,* de *Soalhar,* ou *Assoalhar,* são em verdade cauzadores, por vêzes, de sisânias e desavenças entre famílias, e, mais, entre vizinhos.

Representam em geral o produto da ociosidade e da pouca educação social, embora ás vêzes sejam seus autores pessoas inteligentes e que teem obrigação de evitar atritos e questões.

Seria bom que eles acabassem porque, como disse e é sabido, contribuem muito para a desorganização da sociedade,

Por simples curiosidade transcrevo para aqui a *Qualidade* e a *Pêna* correspondente na antiga Legislação.

«Os que meterem mexericos, dizendo a alguma pessoa que outra disse déla más palavras, ou cometeu factos criminosos, ainda que se ofereça a prová-los, — a mêsma pêna crime ou civil que, por essas palavras, ou factos, competiria áquêle a quem se atribuem — Ord. l, 5.º, tit. 85.

Referi-me a êste defeito social verdadeiramente *enredador* — é o termo — pêla intima ligação e correspondência com a chamada *alcovitice,* já aludida, e por me convencer — e creio que justamente — que merece a nossa execração.

E falando nos *Mexericos* e na *Alcovitice,* o mesmo é

que falar na murmuração ou detração, isto é, na dição de palavras ofensivas da honra alheia, ou, mais concréta e restritivamente, na delação dos defeitos do próximo, o que se faz geralmente nos diversos pontos de reunião da sociedade, sem calcular os prejuizos de diversissimas ordens a que conduzem essas faltas de ponderação e de critério, manchando reputações, desfazendo contratos e originando conflitos,

Diz *Diânda* que «a murmuração é um pecado gravissimo que se opõe á Caridade e á Justiça. A' Caridade, porque o murmúrio causa ao próximo profundos desgôstos ; á Justiça, porque a prejudica em muitas coisas, especialmente na honra, que é preciosissima, e que muitos prefeririam morrer a perdê-la».

O mesmo autor, analisando — e com mãos de verdadeiro mestre — a diferença entre a murmuração e a calúnia, diz «ao passo que aquela revela defeitos que deveriam calar-se, imputa esta faltas de que se não é culpado».

A diferença é, como se vê, bem pâra notar, quando realmente, como tantas vezes acontece, do simples murmùrio — embora prejudicial na maioria dos casos — se passa a caluniar, e assim, a colocar-se sob as repressões do Cod. Penal, e muito bem, pois a calúnia causa e tem causado vitimas inocentes em grande número.

Não julgo necessário fazer referências pormenorisadas e desenvolvidas quanto especificadamente á maledicência — em si, e nos dois principais aspétos, contumélia e detração — esta, pêla ofensa fóra das vistas do alvejado, aquela, pêla injúria na sua frente.

No fundo, essa maledicência, os ódios e invejas, a murmuração, a alcovitice, os mexericos, os juizos temerários — graves defeitos pára com os outros — ; ainda a vaidade e o orgulho — verdadeiras auto-apreciações, só atendiveis, a meu vêr, até certo ponto, quando em patrocinio e defêza da probidade, da honra e da competência —; a propria mentira, sôbretudo no seu aspéto danôso; e, finalmente, a já citada calúnia e o falso testemunho, com repressão penal, — tudo representa, em geral, ataque à tranquilidade e ao bem estar social, que urge reprimir sem delongas.

Terminando, pois, a análise quanto a êste ramo, contarei dois fáctos que, pêlo muito espirito a êles presidido, vêm confirmar a aversão pêla maledicência:

O grande Doutor da Igreja Santo Agostinho, no intuito de evitar êsse defeito, e assim, que os seus convidados tivessem conversas nocivas ás reputações alheias, determinou que na sala da sua mêsa se escrevêsse uma recomendação quanto a não poder sentar-se á mêsma todo o que quizesse desacreditar os auzentes:

> Quisquis amat dictis absentium rodere vitam,
> Hanc mensam vetitam noverit esse sibi.

E o Mestre, entre os Mestres, Victor Hugo, procurava também conseguir o mêsmo fim, mandando pôr uma cadeira á sua mêsa com um distico «aqui estão os auzentes» e não permitia que alguem néla se sentasse, como para indicar que os convivas deveriam sempre abster-se de invèctivar contra quem, não estando presente, não podia defender-se.

Mendicidade e Ociosidade

Vou agora fazer a apreciação de alguns factos, embora sôb a sanção penal do nosso código, mas que não posso nem dêvo evitar, por constituirem a mais diréta e sólida manifestação da Mendicidade, cuja repressão é olhada — e deve sê-lo — como um dos problêmas mais difíceis nos tempos atuais.

Essa repressão, aliás prevista na nossa atual legislação, e também pêla antiga, embora com corretivos de muito mais severidade, abrange casos muito concretos e especiais quanto á vida dos *vadios* e *mendigos*, deixando, infelizmente, márgem a grandes abusos, tão difíceis, é certo, de evitar.

A mendicidade, sôbretudo mascarada com diversas capas, produto tanta vêz de fingidas e capciósas manifestações, — apresentada com um cortejo de horrores armando á piedade e á esmola, causa, em verdade, prejuizos de muita espécie, e dá uma ideia tristíssima da nossa organisação social, embora amenisada com a certeza de que a sua luta também vem sendo travada — e de ha muito — em quasi todos os paizes.

Problema, como já disse, de dificílima solução, tem de continuar a absorver as atenções no interesse de todos.

Os que fingissem enfermidades, ou casos fortuitos, pâra tirarem esmolas, tinham na Legislação antiga pênas de prisão, açoutes e até degrêdo.

Os Egypcios não consentiam, segundo diz Herodoto, nem mendigos, nem ociosos.

Os Grêgos legislavam de egual modo.

Platão excluia da sua República tôdos os mendigos e vagabundos. Os Romanos também os vigiavam.

Wolf diz «que é vergonhoso e funesto em um Estado o consentir nêle mendigos».

Acrescenta «que a esmola, louvavel nos seus princípios, não deixa às vêzes de sêr o alimento da ociosidade e do desregramento; e diz ainda que só três estados da vida são dispensados do trabalho: a infância, a doença e a extrêma velhice».

E dizem os sábios preceitos do *Code de l'humanite art mendiant* que, «emquanto houverem em um Estado terras incultas ou desprezadas; precisões públicas tributárias das indústrias dos extrangeiros; exércitos que levam a flôr e a esperança dos campos; ondas que esperam sêr cortadas pelos marinheiros; fortalezas que reparar; canais que abrir; portos e rios que alimpar; estradas que conservar; arsenais e armazêns que prover dos aparelhos de guerra e marinha, haverá em que empregar os mendigos. Mas nêste emprêgo, dirá alguem, é necessario que o Estado os sustente: a resposta é simples: o Estado os sustentava sem os empregar, e a esmola dada ao homem ocioso e preguiçoso, pode sêr o salário do homem ocupado útil e honéstamente».

Diz ainda Brissot «que o modo de extinguir a mendicidade, não é prender e encarcerar os mendigos em prisões infectas: despovoar-se-ha o Estado e o mal subsistirá sempre».

Acrescenta que quando a agricultura fôr honrada em

um Paiz; quando a Província, que dantes era coberta de matagais e desertos, oferecer por toda a parte a perspetiva de risonhos prados; quando as Artes se aperfeiçoárem; quando o Comercio florescente unir os dois polos do Universo; quando as manufaturas multiplicarem á porfia as suas produções e a espalharem por todas as terras, então se não verão na Sociedade êsses ex-cidadãos, êsses entes parasitas que, cobrindo a sua nulidade e a sua preguiça com o triste véu da indigência, se votam á inação e vivem do trabalho dos outros».

A ociosidade, intimamente ligada á mendicidade e á vàdiágem, constitui grande flagelo dos Povos, é mãe de todos os vicios, proteção e desculpa pâra todas as faltas, e, assim, deve naturalmente sêr combatida e reprimida.

Li algures uns pensamentos que reputo de grande alcance e que julgo definirem, como talvêz nenhuns outros, a ociosidade e a sua extrema inconveniência. São os seguintes:

As máquinas estrágam-se e consómem-se a si mêsmas, se lhes falta grão para triturarem; assim também a mente do homem, não tendo ocupação honesta, facilmente se prejudica com pensamentos ruins, atenta a sua natural tendência pâra isso. E como a agua estagnada que se corrompe, e o ferro sem trabalho que se cobre de ferrugem, tambem o Espírito humano ocioso, pode cobrir-se com a ferrugem da imundície.

Lembrêmo-nos também de Ovidio poeta que se tornou célebre por pensamentos admiraveis e que dizia «se não houvesse ociosidades, não haveria desonestidades».

E' pois, como disse, úrgico, reprimi-la; acabar com êsse mal dia a dia, mais desenvolvido e digno, em certos casos, de verdadeira lástima!

E' mêsmo indispensavel, em outros, puni-la; a antiguidade oferece-nos relato de pênas severíssimas pâra êla, nos diversos aspétos que pode revestir.

Mas antes de a possuir, olhemos o que diz *Filangièri:*

«Seria preciso estancar a sua fonte, tirar á agricultura, ás artes e ao comércio, os obstáculos que os fazem desfalecer, dar a cada cidadão os meios de prover á própria subsistência com um discreto trabalho, fazer passar aos campos uma parte das riquezas, e dos homens, que apodrecem nas cidades; defender o fraco e o pobre das opressões do rico e do poderoso; difundir a propriedade e multiplicar os proprietários; emendar o sistema das contribuições; e, emfim, seguir as máximas da bôa Economia Política, sem o que sempre haverá no Estado ociosos e mendigos».

O TEATRO E O CINEMATOGRAFO

Deixando êsses fatores acompanhados da repulsa a que têem bem infeliz direito, e manifestando o meu sentimento quanto á perniciossíssima influência que no seu constante desenvolvimento cada vez mais se vem acentuando, mercê, como já disse, principalmente de tolerâncias aparentemente humanitárias, mas de contigências e resultados funestos, quero ainda frisar e pôr em destaque duas causas que me parece concorrem muita vez pâra prejuizo da moralidade indispensavel ao progresso e viver das sociedades:

O Teátro e o cinematógrafo, já se vê, quando êles, longe de constituírem exemplos propagadores de sãs doutrinas, enveredam por narrativas com abundância de pormenores e detalhes na escola do vício, causando gravíssimas perturbações por opostos á indispensavel correção e morigeração dos costumes.

A propósito do alcoól, parece-me já haver dito que principalmente o cinêma tem por vezes apresentado fitas sem combate desenvolvido àquêle vício, muito bem.

E' porém certo que, se assim tem acontecido, tam-

bém — agora mais frequêntemente na passagem de outras, tripudía vergonhosamente a incorreção e a imoralidade! E se isto sucede no cinêma muito mais se nota, infelizmente, no Teátro, em que é pasmosa a tendência pâra a dissolução da vida honesta e refletida.

E' claro que alguns autores, compenetrados da gravíssima responsabilidade que auferem perante o público sensato, são meticulosos na reprodução das paixões e costumes, e até escrupulisam na apresentação das peças de verdadeira e sã moral.

Mas outros — tantos outros — longe de assim procederem, esquecem êsses salutares princípios e encaminham os produtos literários por fórma a satisfazerem ruins e abjéctos desejos, procurando justificar-se, ou, pêlo menos atenuar a sua responsabilidade, com a circunstância — verdadeira, é certo! — de algum público exigir, em manifesta demência de ideais, espetáculos pornográficos e dissolutos!

Alguns têem talvêz mesmo cultivado géneros especiais de revista — aliás, em geral, nocivas sob muitos aspétos — abandonando por necessidade, ou, pêlo menos, por conveniência, feições aonde muito mais e melhor as suas faculdades se poderiam salientar e sêr apreciadas.

Bossuet dizia que «pâra o autor e pâra os autores, o cúmulo da arte consiste em representar as paixões ao natural e em que cada um possa encontrar admiração e deleite».

Mas não é isto, evidentemente, o que tantas vezes se faz.

Depois nota-se também um atropêlo ao bom senso e á boa rasão quando no errado julgamento do mérito e valor de autores e, principalmente, de atores e atrizes, enaltecendo-se verdadeiras mediocridades e depreciando-se autênticos talentos, ou, pêlo menos não os olhando, com a indispensavel Justiça, embora sêja feita pêlo público serêno e imparcial, mas originando-se desgôstos — e, tanta vez — afastamentos prematuros e prejudiciais da cêna.

Não citando ou concretisando qualquer artista, creio no entanto que isso seria mesmo desnecessário, pois têem sido bem notórios pêla imprensa justos desabafos apontando ingratidões e desenganos! E não se julgue a apreciação que venho fazendo como menos consentânea com o estudo do têma proposto; as divergências, errados critérios, injustiças e mais causas referidas, têem originado, como se deve compreender, pêlo falsiar do teátro — que deve sêr uma escola de educação e ensino — gravíssimos prejuizos.

Vou passar á análise de cousas que, depois das já expostas, mais podem influir na «Regeneração».

Não resisto, porém, ainda, a evocar um passado em que a representação do verdadeiro teátro histórico tanto deleitava e instruia, pondo, como punha, ante nossos olhos a descrição comovente das cênas mais importantes, que nos cobriram de glória!

Como se aprendia a História de Portugal e, ao mesmo tempo, se elevava em todos o verdadeiro sentimento do brio, da coragem, do sacrifício, da heroicidade e do patriotismo!

Quási infelismente, desapareceu dos palcos da nossa terra êsse reportório que tanto hoje — mais que nunca — era mistér!

Disem sêr assim por falta de quem o desempenhe: a mim parece-me que, com alguma devoção cívica — felismente ainda existente em tantas classes — e com algum sacrifício, tudo se poderia conjugar no sentido de uma ressurreição a todos os títulos proveitosa e eficáz, pois temos autênticas glórias em atividade na cêna portuguesa, e outras que rèptadas por motivos de justa ponderação, acorreriam, dos seus logares de repouso, em auxílio tão prestante.

Seria até altamente elogioso que em dadas ocasiões todos se unissem pâra consecução do que era de tanta magnitude e interêsse.

Oxalá assim venha a suceder!

A PERTURBAÇÃO DA REGENERAÇÃO E DAS REABILITAÇÕES

Os outros fatores a que me venho reportando, são:

Primeiro:

Crise de caráter, — cada vez mais acentuada.

Segundo:

A predominante incompetência no desempenho de cargos e comissões de qualquer ordem e naturesa.

Terceiro:

A desmedida e criminosa ganância, ainda dos que contra ela mais hipocritamente blâsonam. — A usura.

Quarto:

O analfabetismo.

Quinto:

O sistema prisional.

Sexto:

A má orientação seguida tanta vez por uma parte da imprensa, quanto ás narrativas de aspéto geral, e principalmente, do crime.

Estas são, além de outras, as principais determinantes

dessa verdadeira *degringolade* social, que tanto nos assoberba com gravissimos prejuisos de toda a naturesa.

Vejamos e analisemos a

Crise de caráter

Quanto a éla é de vêr a fórma condenavel como tanta vez se transferem e aliênam responsabilidades; a maneira ofensiva dos mais rudimentares princípios da honra e da dignidade, como tanta vez também cada um nega hoje o que ontem afirmou, uma vez que dessa negativa lhe possa resultar a privação de um desgosto não antevisto a princípio, mas iminente depois; a deslialdade da última hora manifestada em falhas a cumprimento de combinações ou de conluios, premeditados com aparente ancidedade e alegria, mas vistos mais tarde por uma lente poderosa de dúvida e de receio; emfim, êsse vergonhoso e impúdico cortejo de fraquesas que a cada momento surge, funebremente tétrico, causando, aos ingénuos e sinceros, a pár do mais justificadissimo receio, a mais natural e asquerosa repugnância, e sempre contribuindo pâra a dissolução da sociedade!

Vive-se, por vêses, uma atmosféra de dúvida e de mál estar tão acentuada, tão consistente, que quási nos priva da troca de impressões e intimidades, ainda as mais intencionalmente honestas, pêla vulgar contingência das delações e das denúncias!

Asfixia-se assim na podridão moral, e é de notar a má disposição de uns, a hesitação de outros, a desconfiança, por assim dizer, de todos, ou porque presumem

ataques desleais, embora injustos — sempre inquietadores e irritantes — ou então porque, cônscios de involuntários êrros, tremem pêla contigência usual e desnecessária de falsas e tendenciosas declarações — antevendo infelicidades e desventuras!

Este estado de coisas, caótico e anormal, causa gravíssimas perturbações, absorve um tempo que seria precioso pâra dedicação ao trabalho, perturba, desnorteia, enerva ainda os mais serenos e prudentes, leva por vêzes a naturais impulsos de desêspero e arrebatamento, e até ao mesmo tempo não compórta, por parte de muitos prevaricadôres dos bons princípios, pensamentos que magôem e façam moralmente sofrer, pâra depois frutificarem no salutar princípio da «Regeneração».

E esta, ou a «Reabilitação», pâra que seriam ou serão convenientes e precisas, se a moral dos costumes as não exigem, antes talvez as repilam por incomodas e impertinentes?!

Incompetência profissional

E' cada vez mais acentuada e com efeitos dissolventes a incompetência profissional.

Todos os que têm a paciência de escutar-me reconhecem infelizmente a verdade do que afirmo manifestada em grande número de missões e de ensinamentos.

Todos se julgam com autoridade pâra exercer cargos, desempenhar serviços e executar múltiplas tarefas, ás vezes tão complexas e difíceis!

E' vulgaríssimo encontrar quem com uma insensatez

aviltante, presuma ter coragem técnica, e moral (moral!) para prelecionar ou dirigir; e no entanto, triste é dizê-lo bem dentro da verdade, quantos dos que assim impúdicamente se julgam, por vezes se terão sentido mal no exercicio dos seus mistéres, obrigados a contingências vergonhosas e mesmo, a breve trecho, ao abandono voluntário ou forçado d'aqueles?!

E quantos, na cátedra, se sentirão confrangidos e arrependidos pêla aceitação de certos ensinamentos?!

E ainda que os Poderes públicos, movidos pêla vontade de acertar, queiram pâra o seu próprio prestígio e do do ensino, evitar tão abusivas intromissões, é bem verdade que nem sempre o podem conseguir completa e eficazmente, embora mais tarde por indeclinavel, mas triste dever, se vejam obrigados a fazer expulsar ignominiosamente essas creaturas nulas, fátuas e anti-patrióticas, que só olham a obtenção de lucros — afinal ilícitos e desonestos perante até a própria consciência!

Esta falta de dignidade técnica por parte de muitos; êste verdadeiro *culto de incompetência* tão belamente tratado pêlo grande escritor francês Emílio Faguet em um dos seus mais primorosos livros — livro que a tantos se faz mister ler e meditar — é positivamente também uma causa em ordem a prejudicar a desejada «Regeneração» de que venho tratando, e isso bem naturalmente porque, como já dito fica, a errada fórma pedagógica dos ensinamentos manifestados ás vezes durante bastante tempo, a despeito do cuidado havido por parte de inspetores e dirigentes — e mesmo do seu acendrado zêlo — não obriga, nem impulsiona, bem ao

contrário, os sentimentos que devem favorecer o mesmo despertar maduro exame em actos, pêlo menos culposos, de certas individualidades.

E é também certo que a aludida falta de competência técnica contribui, por maioria da razão, pâra os inconvenientes aludidos.

Deve dizer-se porém — em abono da verdade — que, se ha, como é sabido, as defeções no ensino que infelizmente todos conhecemos e obrigam vulgarmente a correções e castigos vários por parte das estações competentes, também a grande maioria dos prelécionadores se mantem em superioridade a todos os titulos, dando lustre e brilho à causa a que se devotaram e concorrendo, dentro da orientação que deixo expendida pâra salutar influxo e auxilio da desejada «Regeneração».

Terminarei esta apreciação dizendo que, como naturalmente se compreende e até já fica designado, não é só no ensino que se notam deficiências — embora seja ali que elas mais dêem logar a prejuisos — e por isso eu as tratei com mais desenvolvimento; mas também em muitos estabelecimentos e agremiações das diversas naturezas da atividade social, sendo pâra desejar que em todas elas se produsa uma transformação de molde a concorrer eficazmente pâra o bem das nacionalidades.

Ganância e usura

A ganância, aliás condenada geralmente, mas levada a efeito por tantos, e até como disse, por muitos dos que a censuram, talvez para desnortearem os que a so-

frem, é um mal altamente nocivo, aos interesses materiais, e prejudicialíssimo mesmo sob o aspéto moral, porque o egoista e ganancioso (e tantos e tantos existem, crescendo mesmo a cada passo o seu número, dia a dia) não pensam mais que locupletar-se à custa da miséria e da desgraça, repelindo por desnecessária e até vexatória (?) qualquer ideia de exâme a crimes ou infrações cometidas então e anteriormente!

Assim, é bem de vêr como impossível se torna pensar em «Regeneração» ou «Reabilitações» que só serviriam pâra o aborrecer, fastidiar, e ainda prejudicar monetariamente!

Moral baixa — exclusivamente do dinheiro e do interesse deslealmente compreendido — é fácil calcular os prejuisos de todas as ordens que ela causa.

Torna-se, pois, absolutamente necessário — úrgicamente indispensavel — que os seus — afinal — efêmeros propulsionadores mudem de ideias e, penitenciando-se dos crimes — verdadeiros crimes, cometidos — se lancem definitivamente no caminho da honradez e da dignidade.

E não menos é preciso também que todos os que conscientemente cumprem com os deveres sociais, olhem aqueles por fórma a dar-lhes a compreensão de que não transigem moralmente com os seus processos, embora tanta vez infelizmente se vejam na dura necessidade e contingência de transacionarem em condições ruinosas e provocadoras de revoltas!

Bem entendido que as mesmas considerações quanto á ganância colhem por maioria de razão pâra a *usura*

tantas vezes levada a efeito com prejuizos incalculáveis e resultados funestos.

Todos o sabemos; o usurário é um sêr pernicioso e revoltante perante uma sã moral.

Abusando de situações angustiosas, com um aparente interesse, locupleta-se exagerada e criminosamente, lançando na miséria e a breve trecho, tanta e tanta família.

Procedendo assim, constitui-se, à face da consciência, autor de verdadeiros atentados, que vão perturbar o socego dos lares, embora a coberto de falsas manifestações altruistas.

Compreende-se até certo ponto o empréstimo sôbre penhores, já se vê, sob a tutela e fiscalização da lei. Mas propriamente a usura merece a justa reprovação pública.

Na legislação antiga a usura, considerada como crime era punida com penas severas de degredo pâra Angola.

Visava os que dessem ou tomassem dinheiro a juro por mais de cinco por cento, e os tabeliães que fizessem as escrituras, sendo proprietários ou serventuários.

Também era prevenida a venda das mercadorias fiadas a pessoas que nelas não tratassem, nem delas precisassem para sua defesa e punidas com degredos e pênas pecuniárias.

A usura representa o *ganho excessivo* que se tira do dinheiro além do preço taxado pêlas leis; esta apreciação é porém feita em *mau sentido*, por quanto, propriamente, a usura significa em geral todo o interêsse que se tira do dinheiro que se empresta, seja legal ou ilícito.

Representa a usura, segundo a classificação antiga, uma convenção feita entre a precisão e a avaresa.

Na obra *Crimes e penas correspondentes* de Pereira e Sousa (1816), encontramos curiosas informações a respeito da usura.

Em Roma, quando ali não campeava ainda o luxo e a grandesa, isto é, quando os seus habitantes não tinham o uso da navegação, da qual proveem frequentes ganhos, a usura era muito reduzida.

Os Romanos dividiam um capital em cem dinheiros e toda a usura que se permitia estipular por esse capital era a sua centésima parte em cada mez que, doze vezes repetida, produzia por ano doze dinheiros.

Esta usura — a legal — pêla legislação das Doze Taboas — foi depois muito aumentada, em consequência do movimento do comercio e consequente opulência, sendo preciso haver Leis de séria repressão, como a Licinia (ano 376), a Duillia Mœnia (396) e a Genucia (411), proïbindo esta completamente a usura, embora se desenvolvesse assombrosamente, chegando os usurários a exigir vinte e quatro, trinta e seis, quarenta e oito, e ainda mais, por cento.

Vejamos agora, pâra passar a outro ponto, a punição da usura pêlas Leis antigas.

Os Romanos, considerando-a ainda mais grave do que o furto, castigavam-n'a com a restituição do quádrupulo, e com a *infâmia*.

Na Allemanha anulava-se o contrato usurário, e perdia-se a quarta parte do capital, tendo também aplicação no Fôro, segundo a gravidade, penas de cárcere e de relegação. (Bochmer) *Elem. Jurisp. Crim.*

Berger, Bochmer, Putman, Stockmans, Justiniano e

ainda outros formularam opiniões curiosas sôbre êste crime que, como fica dito, assim classificado ou simplesmente como meio aparentemente benéfico e até altruista, merece toda a nossa repulsa.

Analfabetismo

. . . . . .

. . . . . .

Sim, instrução !
Luz ! Luz !
Tudo provêm da Luz e tudo a éla volta.

. . . . . .

. . . . . .

Enjolras — V. HUGO.

Aos que ignóram, ensinai-lhe o mais que pudérdes.

Se uma alma está cheia de sômbras, o pecádo acha néla guarida.

O culpado não é o que péca, mas sim o que produziu a sômbra.

. . . . . .

. . . . . .

Myriel — V. HUGO.

Não ha muito ainda que um dos ilustres ornamentos da Universidade do Porto — o Dr. Bento Carquêja, brilhante espírito e denodado campeão, n'um valiosíssimo trabalho realisado em Viseu a convite do Instituto Etnológico da Beira e a propósito da Demografia Beirôa e análise dos seus costumes e das suas necessidades, se referiu ao analfabetismo, expondo os enormes pre-

juisos que dele têm advindo e por certo continuarão a advir.

Tinha rasão o sábio Professor; e todos os que, com honra e felecidade o escutaram na douta preleção, aprovaram a sua orientação n'este ponto, como de resto em todas as bases sàbiamente apontadas e deduzidas.

Em boa verdade o analfabetismo, deixando na escura ignorância dos seus deveres e dos seus direitos uma parte consideravel do Paiz, leva muito naturalmente e, tanta vez involuntariamente, á falta de cumprimento das Leis de convenção, ou á exigência indevida de previlégios e benefícios, quando não acontece que êstes, sendo justos, deixam de ser concedidos, embora por motivos meramente filiados em descuidos ou enganos.

E está bem de vêr que em qualquer hipótese ha prejuisos moraes ou materiaes que veem tambem causar graves perturbações e concorrer pâra evitar a boa ordem dos costumes.

O analfabetismo — todos o sabemos — cerrando os olhos á humanidade, faz caminhar o homem na incerteza e na dúvida, tornando-o um verdadeiro autómato digno de sincera lástima e consideração!

Sêr inferior e mesquinho, tantas vezes serve de ludibrio aos que não compreendam ou não queiram compreender os motivos da sua escuridão inteléctual.!

E quando a inteligência, embora rudimentar, lhe permita reconhecer as suas desgraçadas condições, por fôrça sentirá no coração uma mágua profunda e pungitiva, e lágrimas de dôr hão-de aflorar-lhe aos olhos —

esses olhos que, em cerrada e infeliz abstração, vêem, mas não compreendem!

Têm sido já valiosos os esforços tendentes á diminuição de tão cruel condição social; a escola procura mesmo — e cada vez mais — desbravar os cérebros infantis com uma dedicação que convem registar e encarecer; mas ainda ha muito e muito que fazer e trabalhar n'um sentido que a todos se afigura, decerto, de capital importância.

Oxalá haja sempre — no presente e no futuro — motivos pâra se frizar a diminuição do analfabetismo, conseguindo-se assim, pêla formosa e rutilânte luz do ensino, o seguro, certo e consciente caminhar da Humanidade!

REGIMENTO DE INFANTERIA
BIBLIOTECA

SISTÊMA PRISIONAL

. . . . . .

. . . . . .

Quanto mais a penalidade inflingida ao condenado, se reduz á repressão estrictamente necessária á segurança social, tânto mais éla se aproxima dos verdadeiros principios do Direito.

. . . . . .

. . . . . .

A vida social — ERNESTO BRUYSSÉL.

Vejâmo-lo como causa ainda das apontadas a concorrer, a meu vêr poderosamente, pâra estôrvo dessa desejada e utilíssima «Regeneração».

Inegàvelmente o sistêma prisional em vigor não reune as condições indispensaveis pâra acudir aos princípios reguladores da Justiça, dessa Justiça que, pâra ter em cada peito um Altar de consideração, deve, observando em certos casos regras de inteira austeridade, ter noutros manifestações de Bondade e de Complacência; dessa Justiça cujo flamante gládio tem de alcançar os delinquentes com inteira isenção e imparcialidade; dessa admiravel Justiça que, pâra ser digna do seu nome,

precisa de visar á redenção pêlo remorso e pêlo arrependimento; dessa Justiça sempre grande, sempre respeitada, quando não tenha caprichosas demonstrações que a deslustrem; dessa Justiça que os pintores mais célebres da antiguidade trataram por vezes, dentro das linhas da imparcialidade, com sorrisos de piedade e de perdão; dessa Justiça, também assim modelada nos ebúrnios desnudados jaspes de Atênas e de Florença, e que ainda hoje comovem na contemplação dos seus traços e das suas fórmas, fasendo reviver todo um passado de grandêsas artísticas; dessa Justiça que tanto precisa de ser olhada, compreendida e executada, tendo em vista as circunstâncias diversíssimas da prática dos delitos, e, sôbretudo, do meio em que se dão — esse meio tantas vezes falso e fementido, tóxicamente atraente e sedutor! dessa Justiça que, para o sêr como deve, tem que naturalmente firmar bem a sua apreciação no temperamento, condições psiquicas e outras de pretensos delinquentes, pâra vêr até que ponto eles podem ser tornados responsaveis, e não consentir que se atirem pâra as infectas enxovias homens simplesmente desgraçados por abrangidos em táras ancestraes, ou alcançados por doenças ocasionaes; dessa Justiça que é mistér cure de ver e detidamente analisar as condições de resistencia — moral e fisica — dos prevaricadores, de fórma e em ordem a evitar que tantos sêres sejam condenados a pênas horriveis, quando afinal os primeiros e principaes responsaveis são falsos e gananciosos amigos que, mercê da sua força e do abjecto predomínio sôbre aqueles, conseguem locupletar-se

á sua custa e fixar disfrutando honras e considerações, no fundo bem imerecidas e injustas; dessa Justiça que, segundo Victor Hugo, é uma ideia sempre augusta e veneravel, o equilíbrio suprêmo, a rasão, em toda a sua profundidade, um escrúpulo misterioso vasado no Ideal, a rèctidão soberana tremendo perante a enormidade eterna aberta diante de nós, o casto pudor da imparcialidade inacessivel, a sublimidade da ciência combinada com o sentimento religioso, o exame divino das ações humanas, a bondade severa, o resultado luminoso da consciência universal, a abstráção do absoluto tornando-se realidade terrestre, o clarão da eternidade alumiando o homem; dessa Justiça que, sendo representada cega, só deve, segundo Brissot, ter a venda nos olhos quando começa a sentenciar e não quando se instrui pelas provas do procésso; dessa Justiça que não mereça, segundo Pastoret, a sabida repreensão de Anacharsis, que falando das Leis de Sólon diz serem semelhantes ás teias de aranha, que só prendem os mosquitos, e não as grandes moscas que as quebram; dessa Justiça que olhe os crimes como demonstração de envilecimento igual a todos os homens, e assim, importe também a aplicação das pênas sem distinções ou diferenças odiosas e revoltantes; dessa Justiça que vise, segundo o mesmo Mr. Pastoret no seu tratado das Leis Penaes, a diminuir os males necessários da espécie humana, a leval-a ao mais alto grau de perfeição de que é suscetivel, a conter os génios preversos que desolam a terra; dessa Justiça que no diser de Platão não deve olhar a introdução e o estabelecimento

das pênas, pâra atormentar os homens, porque todos os tormentos possiveis não podem faser que o crime que alguem cometeu deixe de ter existido, mas antes pâra remédio do mal futuro — e não pâra reparação do mal passado; dessa Justiça que oriente e dirija as suas decisões não perdendo de vista os meios que são mais adequádos á prevenção dos crimes e que, segundo Pereira e Sousa (Classe dos crimes e pênas correspondentes — 1816), já citado, consistem principalmente: na bondade dos governos, na melhoração dos costumes, na reforma da Educação Nacional, na cultura das Artes e Ciências, na extirpação da mendicidade, na Polícia, nos estabelecimentos úteis e no prémio das Virtudes; dessa Justiça que não deve perder também de memória o grande e salutar princìpio do já aludido Brissot, exprésso no seu tratado *Moyens de prèvenir les crimes:* «quando os raios do ástro benéfico que governa estendem a sua influencia ás ultimas classes da sociedade, raras vezes elas se vêem manchadas pelo crime»; dessa Justiça que, segundo a Filosofia antiga — hoje e sempre digna de aceitação e de aprêço — não olhe como justo o castigo d'um crime, em quanto se não tem empregado os melhores meios possiveis pâra preveni-lo; dessa Justiça em que, no sábio e portentoso diser do nosso grande Herculano, o Juiz deve ser o pai do oprimido, como o Tribunal, o abrigo do inocente; dessa Justiça, emfim, que nos empolga e nos arrebata e nos vence e nos convence quando a representação inevitavel da precisa vindicta pública, mas nos irrita e desconcerta se a acompanha o êrro, e revolucionaría

todo o nosso sêr se a prostituisse a venalidade e a corrução!

Não possui as condições necessárias o sistêma prisional — disiamos, e queremos ter dito grande verdade — por variados motivos conhecidos mas que importa salientar nêste trabalho. Vejâmos: encontrar-se-hão as prisões em estado de os seus infelizes e forçados frequentadores receberem a dentro das suas paredes aquele desejado influxo moral que os deve levar ao arrependimento e á regeneração?

Todos nós sabemos que não e que as circunstâncias em que os presos ali se acham — é claro na maioria dos casos — mais são de mólde a efetivar a sua perda do que a conduzi-los a caminho profiquo e tendente á salvação.

Os presos contaminam-se constantemente do virus deletério das prisões.

Pode isto ser evitado?

Pode, pêlo menos em muitos casos, uma vez que sejam observadas regras e cuidados, até alguns já de ha muito preconisados e conhecidos.

Que é preciso agir, e agir eficazmente, ninguem o duvida, sôb pena de cada vez mais se prejudicar o estado social.

O exemplo que ha pouco recordei quanto a João Valgean, na assombrosa Epopeia de Hugo, bem demonstra quanto pode uma alma, pura e bem formada, transformar-se em degradante e preversa sôb a deletéria influência do crapuloso meio da prisão; quanto pode

um sêr honesto, chefe extremosissimo de familia e por causa dela levada ao desespêro de um acto violento, modificar-se ao contácto da grilheta e afundar-se no lodaçal do vicio.

Mas infelizmente não precisamos de recorrer a esse grande quadro em paiz estranho e ha tantos anos relatado.

Temos entre nós e a despeito do que se vem procurando fazer pâra o evitar por parte dos poderes públicos e mesmo pêlos esforços de pessoas especialisadas no fôro criminal, motivo pâra demonstrar a perniciosissima influência do meio da prisão.

Li ha tempo — e com a impressão de ter lido uma grande verdade em que, de resto, já havia pensado — que nas causas a concorrer pâra evitar a «Regeneração» dos delinquêntes, e antes em ordem ao desenvolver do crime nos seus cérebros, se salienta a falta de seleção nas cadeias.

Assim deve ser, porquanto todos compreendêmos não convir por fórma alguma que os criminosos acidentais — chamêmos-lhe de ocasião ou de caso fortuito — estejam em contácto com os profissionais, ou mesmo incorrigíveis.

Aquêle que entra na prisão por um ácto de pequenissimo alcance criminoso — tanta vez justificado perante a própria razão, — se encontrar como companheiros individuos que o aconselhem pâra o Bem, ou, pêlo menos, o não o incitem pâra o mal, e antes, por troca de impressões que o obriguem a pensar na falta cometida, se veja inclinado ao possivel e fácil ingrésso no caminho

legal, sairá com o espírito em ordem aos bons costumes.

Mas se pêlo contrário está em convívio com os inveterados do crime, então vá de notar como sôb essa péssima influência adquire elementos perniciosos e perturbadores da bôa razão e do bom senso, aprendendo exemplos por vezes terríveis, ganhando fôrças propulsoras do mal e saindo muito e muito piór do que entrou — e então, sim, ápto pára a prática do crime!

As Penitenciárias e os presídios, as cadeias, as prisões, as esquadras de polícia, todos os logares de sequestro, permanente ou transitório, devem olhar á depuração dos seus frequentadores — à sua «Regeneração» — base essencial de todos os códigos e do nosso elementar raciocínio — e não simplesmente ao castigo e detenção.

O conselho, a persuasão, o exemplo, — sôbretudo o exemplo — são elementos absolutamente indispensáveis à regeneração do criminoso e, consequentemente, à Regeneração Social.

O trabalho, metódico e racional, êsse regimen tão útil e salutar, virá naturalmente completar e majestosamente coroar êste quadro moralisador contribuindo pára a eficassíssima consecução do que se tem e dever ter em vista.

O trabalho e, é bem claro, a moral desenvolvida em tudo e a propósito de tudo.

Certamente não vou dar uma novidade aos meus ilustres ouvintes falando-lhes de uma obra importantíssima publicada ha muitos anos, mas ainda hoje e sempre

cheia de oportunidade: *Alienados, criminosos, cadeias, serviços médico-legais*, etc.» do Dr. Ferreira Augusto, antigo Procurador Régio. E' natural — quási certo — que todos a conheçam, sobretudo os que se vêem dedicando a estudos de criminalogia.

Mas julgo excelentemente proveitoso o ensejo pára pôr aqui em face de todos, a transcrição de algumas das passagens do mesmo livro.

Diz-se ali «uma causa determinante dos crimes é a falta da educação moral do nosso povo».

E falando àcêrca dos párocos de então (1894), apresenta recomendações que, embora as modificações dos tempos de hoje, ainda têem flagrante oportunidade pára alguns — rendido o devido respeito a tantos que no exercício dos seus mistéres dentro do país continental e com heroico valor, lá fóra em missões difícilimas e arriscadas sob todos os pontos de vista, cumprem rigorosamente o seu dever.

Diz êle que «cumprindo-lhes instruir á missa conventual os seus frèguêses, ensinando-lhes os devêres de bons cidadãos, fazendo-lhes vêr o respeito pêlas Leis e pêla propriedade dos visinhos, incutindo-lhes a ideia de que não é tão sòmente por praticar certos devêres religiosos que se é bom cidadão, mas sim não fomentando desordens e rixas, nem concentrando ideias de vingança, pára se saciarem mais tarde em ocasião azada; respeitando as Leis e os seus ministros; aconselhando-lhes a modéstia no viver e pondo-lhes em toda a hediondez o vício de roubar e as consequências dêle emanentes; tudo isto seria um elemento preparador pára se evitar

a criação, o mais possível, de pequenos e, mais tarde, grandes criminosos.»

Felicíssima me parece esta prédica de sã moral, sempre justa, sempre conveniente.

Mas, se não estivesse, como creio está, radicada no espírito de todos a absoluta necessidade da intervenção moralisadora na instrução dos povos, pediria vénia pâra ainda aqui lembrar, entre tantos preceitos de grandes criminalistas, os de *Lombroso*, que afirma: «os conhecimentos que não tornam o indivíduo moral, fazem dêle um criminoso mais refinado, mais velhaco e mais perigoso;» de Ferri, que sustenta: «se a instrução não fôr aliada à educação moral, não fará mais do que prestar novas armas ao crime. A instrução nada vale sem a educação;» e ainda do Procurador Régio de Turim, Cacia que pregunta: «Que importa que se instruam cem mil ignorantes, se se aumenta a estatística de algumas centenas de crimes?»

Não quero terminar esta parte do trabalho a que me propuz sem me referir com justo louvor aos trabalhos de diversas naturesas elaborados por alguns diretores de estabelecimentos penais, e mesmo à orientação por êles seguida no viver habitual dos delinquentes.

E ainda mencionarei, também com homenagem, os estudos apresentados por parte de alguns jurisconsultos relativamente à remodelação do regimen prisional, em ordem á repressão do crime. Bastante se tem estudado e se tem dito.

E' porém certo que os Podêres públicos, embora a

sua muito bôa vontade, competência e interêsse no sentido expôsto, e tendo como tem assim cooperado por várias vezes — e bem activamente — não poderam ainda conseguir eficás e radicalmente o que tanto era e é mistér.

Ultimamente, vindo comprovar o interêsse que tem merecido este momentoso assunto aos nossos Govêrnos, foi publicado um decreto reorganisando e regulamentando os serviços jurisdicionais e tutelares dos menores, que já haviam sido olhados pêlo de 27 de Maio de 1911, sendo que pêla lei agora em execução, se torna extensiva a todo o país o regimen judiciário a menores até agora só aplicado nas comarcas de Lisboa e Porto; são instalados os tribunais de infância por todo o país; reguladas as ações de alimentos e de exibição do podêr paternal; fixada uma nova escala de sanção aos menores de 16 anos — agentes de delito —; eliminados do diplôma de 1911 as penas de caráter fixo que nêle se continham; e estabelecidos serviços de patronato em benefício dos menores delinquentes e sua assistência, àlém da obrigatoriedade de certas determinações fiscalisadoras dos mesmos, pâra evitar a dissolução dos costumes com exibições condenáveis em animatógrafos, teatros, etc.

Emfim, é olhado com especial cuidado êste assunto e determinadas prescrições que se me afiguram de grande alcance moral.

Devemos pois ter fundadas esperanças de que em breve, pêlo conjunto dessa lei e de outras que naturalmente se seguirão, será facilitada a tão almejada «Rege-

neração» e que, com ela, eliminados que sejam nocivos e conhecidos fatores, surgirá uma alvorada benéfica e redentora na tenebrosa noite da miséria e do vício, iluminando tantos infelizes mais vitimas do contágio moral e da falta de assistência na infância, do que de originárias tendências do seu coração! — mais dignos de dó e de lástima, do que de corretivos prisionais!

Em última nota desta parte quero afirmar aqui, pára que registado fique em letras de ouro, o meu modestíssimo preito — porém sincero e veemente — á obra tenás, perseverante, difícil, por vezes eriçada de espinhos e de dificuldades, com que dois homens, secundando desejos superiores, levaram, ha já tantos anos, a cabo, uma das mais gloriosas tarefas em benefício da infância.

Refiro-me à Casa de Correção de Lisboa, vulgarmente conhecida por a Correção das Mónicas.

Este estabelecimento — ao tempo tão modelar quanto lho permitiam embaraços e deficiências bem naturais — contribuiu poderosamente pâra a «Regeneração» moral e social de centenas de crianças!

Embora outras casas com igual orientação se tenham seguido, credoras também do respeito e consideração pública, é certo que foi aquela que marcou, como que inicialmente, e com uma superioridade incontestavel, o benefício à orfandade triste e miserável.

Parece-me que não fica mal nêste trabalho, visando por todas as fórmas a Regeneração Social, escrever e pronunciar os nomes de dois homens que assim se tor-

naram verdadeiros beneméritos da causa dos infelizes, que mil vezes terão abençoado as suas memórias com lágrimas de gratidão e de reconhecimento.

Refiro-me ao grande homem de bem, ao grande escritor — um dos de maiór brilho e envergadura — Silva Pinto; e ao Padre Antonio de Oliveira, trabalhador infatigável, propulsionador constante do Bem e da Virtude.

E fazendo esta justíssima referência, também não quero nem posso deixar no olvido um outro que, assim como aquêles de quem falei criaram em volta de si toda uma atmosfera de respeito, também se evidenciou durante tantos e tantos anos no verdadeiro Apostolado da Benemerência e da Caridade, o que foi reconhecido imparcialmente até pelos podêres públicos ao consagrarem-lhe por vezes e algumas em ocasiões bem dolorosas pâra a sua vida, testemunhos de louvor e de incitamento: o do Padre Sebastião de Vasconcelos, mais tarde Bispo de Beja e que faleceu exilado em Roma, com a dignidade de Arcebispo de Damietta.

Fundador das oficinas de S. José, na cidade do Porto, grangeou ali, e de resto em todo o país, os mais justos títulos devidos à sua obra de genuina Bondade e de Virtude, joias de finíssimo quilate a esmaltar um coração sempre bom e sofredor.

A sua tarefa — por vezes tão árdua e difícil — foi homenageada por todas as classes e esteve sempre acima de quaisquer paixões, olhando só a proteção dos asilados, alguns dos quais disfrutam hoje lugares e cargos de certo valor e destaque.

Os três personagens a que me refiro foram indiscutivelmente três figuras primaciais na filantropia e na devoção à causa da pobresa e da orfandade.

Relembrando Claudio Gueux — essa outra demonstração do podêr de Victor Hugo, termino a parte referente ao Sistêma Prisional, dizendo como Este:

«Cultívem, desbravem, réguem, fecundem, ilumínem, moralísem, utilísem a cabeça do filho do povo, e não haverá necessídade de cortá-la!»

IMPRÊNSA

Indiquei ha pouco a imprênsa como sendo também uma das causas que tanta vez infelizmente, concorre pára evitar — antes comprometer — a «Regeneração», dando margem á continuação de abusos, êrros e iniquidades. Creio têr dito uma grande verdade!

Vejamos: assim como é certo que a imprênsa cujos ilustres membros aqui seus representantes efusivamente saúdo, quando encára com inteligência e são critério os factos, pode prestar, tem inegavelmente prestado e prestará no futuro serviços valiosíssimos sôb múltiplos pontos de vista e salientemente nos de educação e ensino, concorrendo assim pára a educação moral e intelectual dos povos, também o não é menos que tanta vez e enveredando por tortuosos caminhos, cheios de escabrosidades, fundamente perturba e danifica.

Êsse organismo poderoso, originário do grande Gutemberg, tanto pode educar, como perverter, tanto robustecer a inteligência, como depravá-la; tanto fazer frutificar o Bem, como alimentar o mal; tanto concorrer pára a salvação dum povo, como pára a sua desgraça e morte! Sábem bem aqueles que me escutam,

que assim foi, é e será atravez dos tempos. E por isso é grande — muito grande mesmo — a responsabilidade moral dos seus dirigentes.

E se muitas vezes tem acontecido que ela remiu um Povo com obras de Virtude e de Fé, também é verdade que outras o tem revolucionado e pervertido com terriveis e dissolventes doutrinas de ódio e de anarquia.

Não podendo por fórma alguma esquecer a missão que humildemente venho desempenhando ha tantos anos em Tribunais Militares, quero aqui dizer e deixar bem afirmado, considerando verdadeiras as circunstâncias acabadas de expender, quanto á generalidade dos casos, que julgo entanto sêr na parte referente aos delitos onde a missão da imprênsa mais pode e deve discutir-se.

Assim é que tem havido sempre, durante todos os tempos, justissimas campanhas contra ela, condenândo-a, por se ocupar detalhada e minuciosamente de ocorrências no crime, campanhas em que se salientaram homens como o dr. Paul Aubry (de Saint Brieux), Ferè Legrand e outros egualmente célebres.

Segundo opinião de escritores valiosos e, aliás, fácilmente se compreende, muitos crimes podem ser originados na influência e sugestão que as narrativas desenvolvidas e apaixonadamente românticas podem causar nos individuos fracos de espirito, nos irresponsáveis ou semi-loucos, e ainda naquêles cuja organisação é facilmente impressionavel.

E' de notar como os crimes chamados *passionais* produzem na opinião pública movimentos diferentes de

simpatia e de repulsa! A sua descrição detalhada, pormenorisada, levada por vezes ao aspéto romântico, impressiona, comove, excita e, em grande número de casos, arrasta a opinião pública.

E pâra se fazer ideia do que pode sêr a opinião pública, acêrca da quál se tem escrito tanto que só as suas referências dariam campo vasto pâra uma conferência, basta citar o conceito em que a tinha Voltaire quando dizia, «on la nomme la reine du monde; elle l'est si bien, qui, quand la raison vient la combattre, la raison, est condamnée à la mort!

Il faut qu'elle renaisse vingt fois de ses cendres, pour chassèr en fin, tout doucement, l'imperatrice!»

Os protagonistas dos aludidos crimes ganham facilmente a piedade e são por vêzes autênticos herois de drama!

A narrativa, a quem alguem chamou e muito bem, quando minuciosa e sectária — o verdadeiro panegírico do delito — pode exercer nas condições já apontadas, uma perturbação de sentidos que, se não encontrar combatividade e reação orgânica, constituirá propaganda terrivel e dará causa a movimentos similáres.

Devo no entanto dizer, pâra terminar as considerações sobre esta parte, que, de tudo quanto tenho lido e compulsado acêrca do assunto, me fica a seguinte impressão: embora a narrativa minuciosa e detalhada dos delitos possa prejudicar muito a Sociedade na ordem de ideias que ficam expostas, parece também que a sua influência só atingirá geralmente os *anormais*, sobretudo se a mesma fôr corrigida com lições e exemplos

morais, isto é, se sôbre os casos se estabelecer crítica justa, verdadeira, sensata e desapaixonada.

Se assim fôr, pode muito bem e muito facilmente a dentro da sua espinhosa mas importantíssima missão, contribuir eficázmente pâra evitar crimes, exagêros ou excessos condenaveis, e também naturalmente pâra a desejada regeneração que vimos advogando e encarecendo.

E é de notar que a impressão a que aludo tem consideravel reforço em muitos autores de tratados de psicologia colétiva, como por exemplo em Scipio Sighele, que opina no mesmo sentido e âmpliando o mesmo critério, quando afirma que a sugestão não deve poder fazer executar «uma qualquer ação», mas sim as ações a que se está «mais ou menos predispôsto» embora esta predisposição seja em pequeníssimas proporções, mas sendo a mesma precisa.

E a opinião de Sighele baseia-se, por seu turno, nos caracteristicos do contágio que, segundo a velha definição de Gallard e crítica de Aubry, não é um acto pêlo quál uma determinada doença se comunica, de um indivíduo afetado a outro *«que está são»*, mas sim «um acto pêlo qual uma doença determinada se comunica de um indivíduo afetado a outro *que está mais ou mênos* predisposto a ela».

Direi ainda que é não só naturalmente na imprênsa jornalística que a influência pecaminosa se pode fazer sentir, quando num campo de desconcêrto e desnorteação; também — e infelizmente tanta vêz — os maus livros teem concorrido pâra prejudicar altamente a socie-

dade, quando as suas doutrinas, longe de visarem cuidadosamente a formação do caràter, lançam os seus leitores em abismos de preversão e de imoralidade. Temos de confessar — bem a dêntro da verdade — que outróra se olhava muito diferentemente a elaboração das obras literárias; que se procurava geralmente conciliar o recreio da leitura com a sua fórma instrutiva e, sobretudo, com as exigências de uma moral indefétivel e tão precisa sempre á boa educação social.

E assim resultava que todos — e principalmente a mocidade — auferião, na atenção prestada ás bôas obras, conhecimentos que só serviam pâra lhes depurar a alma nos princípios da dignidade, e pâra bem os encaminhar nas lutas da existência.

Quer isto dizer que nos tempos atuais se não siga sempre essa róta tão vantajosa sôb todos os pontos de vista?

Não, decerto.

Ainda hoje ha quem cure avincadamente de semear grandes e vastíssimas erudições e sem esquecer que elas pâra pouco servirão se não seguirem as regras da virtude e do dever.

Ainda ha felizmente quem conjugue sempre — e parece-me tão fácil — a estrita observância dos preceitos da moral com a desejada e útil narrativa, que instrui e alastra.

As ciências teem derramado por toda a parte cintilantes farois, que brilham, belos e resplandecentes, pâra proteção da humanidade!

Revoluções completas se vem, dia a dia, manifestando em benefício dos Povos!

Demonstrações sublimes e de complexidade admiravel e profunda, aparecem frequentemente em edições valiosas; ha que confessa-lo pâra nosso Lustre e Glória.

Homens de letras, salientemente notáveis, também vão produzindo trabalhos crédores da maior admiração e interêsse.

Investigadores pacientes fazem saír dos arquivos notícias extremamente curiosas e naturalmente próprias ao conhecimento do passado.

Novelas com fundo histórico aparecem em auxilio de elucidações convenientes e, mesmo, indispensaveis.

Poetas e poetisas de bastante valor dão repetidas provas de um lirismo tão amoldado á sentimentalidade dos nossos corações.

Escritoras — e algumas de alta capacidade científica e literária — ilustram e honram as bibliotecas e livrarias com produtos cheios do utilidade; e algumas, guiando os seus passos pêla feição infantil, prestam-lhe serviços de muito aprêço formando, pouco a pouco, caractères, e guiando e norteando inteligências.

Tudo isso se tem feito e faz: devemos com prazer confessa-lo.

Mas pâra seguirmos até ao fim dêste trabalho com a manifestação do nosso preito á Justiça e á imparcialidade, temos de confessar também o nosso desgôsto — aliás bem legítimo — por vermos que, como já aludimos, tanta vez, livros sôb aspetos históricos, românticos, filosóficos e outros, encerram doutrinas falsas que pervertem e intoxicam, sobretudo, a mocidade ingénua e inexperiente!

Falei ha pouco — e com infinita saudade — do teatro histórico e das suas utilissimas representações.

Pois o mesmo agora faço, relembrando, a propósito dos bons livros, êsses mimos de literatura, de prosa ingénua e simples, de narrativas enternecedoras, cimentando nos corações a austeridade da honra, educando, moralisando e mantendo ou desenvolvendo, o Santo amor Pátrio!

Que saudosas recordações da mocidade nos traz ainda a repetida leitura dêsses volumes!

E como nos é naturalmente mais salutar, sôb tantos pontos de vista, rever essas obras, joias preciosas da Santa moralidade doutros tempos, do que compulsar alguns produtos, sem valor de qualquer natureza, a não ser o de poderem semear principios falsos e deletérios!

Tendo examinado as anomalias enunciadas — algumas constituindo verdadeiros atentados ao socêgo e tranquilidade dos povos — e embora, como já disse, me não fôsse nem seja possivel abordar outras que, apesar de em menór escala, também vêm concorrendo pâra, pêlo menos, imperfeições e defeitos, quero ainda, e por último, dedicar breves mas acrimoniosas palavras a uma arma — pérfida e vil — de que se vêm infelizmente usando e abusando: o

ANONIMATO

E', em verdade, uma demostração mil vezes abjeta, mas também mil vezes terrivel, o anonimato!

Traiçoeira e deslealissimamente, o anónimo esconde-se na sombra, e dahi enxovalha, deprime, insulta, calunia e, sem um vislumbre de consciencia, anavalha — é o termo — a honra alheia!

Refalsadamente hipócrita o anónimo, procurando e conseguindo, na frente do amigo ingénuo e simples, e com palavras melifluas, conquistar um logar afetuoso e dedicado, fortalece-se poderosamente pâra a delação miseravel que seguidamente e venenosamente dardêja da escuridão!

E está bem de vêr que, procedendo assim, torna dificil — tanta vez mesmo impossivel — o desmascarar da sua nojenta personalidade.

A consequencia é tanta reputação ofendida, tanta vida conspurcada, tanto lár desfeito, tanta dissenção, tanto conflito e tanta guerra!

Muitas denúncias são destituidas de fundamento e apenas comportam ódios, malquerenças e vinganças; mas é certo que, a despeito disso e de ser reconhecida

depois a verdade, quér dizer, a mentira da ofensa, já não puderam ser evitados transes angustiosos e amargos que ensombraram as alegrias das familias!

E também o não é menos que, embora se procure a almejada serenidade, sempre pêla vida em fóra se reflete o asqueroso e peçonhento virus propinado, dando-se desconfianças continuas e a propósito de tudo, por mais afetuosas demonstrações que haja das pessoas visadas e que se achavam inocentes!

Mas o anónimo, indiferente a todo êsse sofrer — melhor, satisfeito com a sua obra — sereno, tranquilo, de coração festivo, gosa o seu infeliz e criminoso triunfo, absolutamente intemerato e desdenhoso!

E' simplesmente pavorosa de tédio esta fórma de agir que só encontra castigo, de tempos a tempos, em providenciais inconsiderações, e sempre, tarde ou cêdo, pêlo remorso e arrependimento nas acusações inevitaveis e horriveis do Tribunal da Consciência. Mas o prejuiso está feito, o gérmen maldito frutificou e a sociedade foi abalada no mais fundo dos seus alicerces!

As revelações anónimas só merecem despreso!

Tenhamos todos a coragem de as odiar e aborrecer!

Possuamo-nos todos da precisa energia pâra rasgar, pâra queimar, mesmo pâra não ler esses papeluchos infames, urdidos pêla canalha nos antros da ignomínia e da covardia!

Só assim poderemos ir combatendo e, de alguma fórma, vencendo êsse mal social — dos pióres que concorrem pâra a desmoralisação dos costumes.

Lialdade, franquesa, coragem moral é o que deve impulsionar todo o homem nos actos da sua vida.

A verdadeira amisade, a verdadeira dedicação, a verdadeira prova de afeto importa e determina ás vezes a denúncia — melhor, o conhecimento de certos factos por parte dos interessados e pâra evitar prejuisos e males maiores; — pois bem, dêem-se êsses conhecimentos, forneçam-se essas provas, levem-se aos amigos êsses avisos, mas faça-se isso tudo de cabeça alevantada, de fronte bem descoberta, com a natural consciência do dever impertérrito cumprido.

A máscara não é precisa — melhor — deve ser formal e definitivamente banida e proscrita!

Eu sei que alguns dos meus inteligentes ouvintes poderão querer contestar as minhas ideias neste ponto com a circunstância de ter acontecido, por vezes, serem mal, ou, pêlo menos, indiferentemente recebidas algumas comunicações feitas, embora levadas por impulsos fraternos e dedicados. Mas a esses eu responderia que, se assim alguma vez aconteceu ou acontecer, não deve a ingrata manifestação incomodar o altruista portador do aviso que, de resto, convicto de haver cumprido com uma obrigação moral, encontrará na sua consciência o justo reconhecimento.

Como disse, tudo se pode fazer a dentro da estima e da consideração social.

Podem ser dadas—devem ser dadas — todas as provas da nossa dedicação; mas sem por fórma alguma recorrer a processos que, longe de nos enobrecerem, nos deprimem!

Acabe-se de vez e pâra sempre com o anonimato!

Atravez de todos os tempos mereceu êle invectivas pungentes e, algumas veses, sarcasmos aviltantes.

Recordo-me de ter lido que Alphonse Karr, a propósito dos anónimos que ameaçam e não assignam, dizia «como é que pode meter medo um homem que, refugiando-se no anónimo, começa por declarar que tem medo?»

Mas apesar desses ataques e dessas manifestações, êle lá vai seguindo toda uma róta de infâmia, contra a qual deve, cada vez mais, haver a reação da sociedade honesta.

Na própria apreciação e censura do Direito torna-se preciso olhar o anonimato com uma natural e legitima desconfiança.

Vou terminar esta apreciação com palavras de Geremias Bentham, que, por virem do grande criminalista, devem calar no espírito de todos e aumentar ainda mais, se fôr possivel, o horror ao anonimato.

Dizia Bentham que a fraude é tanto mais de presumir quanto sob o véu do anónimo, a tentação de mentir é mais desenfreada, pois que a não contem nem o terror das pênas, nem o receio da vergonha e do estigma da opinião pública.

Oculto nas trevas, o acusador não teme as revelações do cumplice, nem os diversos acidentes que, tantas vezes, tráem os crimes secretos.

Se semelhante testemunho valêsse como prova definitiva, não haveria segurança pâra inocentes, havêl-a-hia só pâra os covardes caluniadores que os quizessem perder!»

PODEROSOS INCENTIVOS DAS «REGENERAÇÕES» E DAS «REABILITAÇÕES»

Prémios

Seria naturalmente pâra extranhar que, tratando do estudo duma questão a importar tão sériamente a «Regeneração» da sociedade, e havendo tanta vez feito referência a penalidades e castigos — essas penalidades e castigos absolutamente indispensaveis á ordem e harmonia dos povos — não trouxesse tambem á discussão outros meios de auxiliar a mesma tranquilidade, pêlo ânimo ao Bem e á Virtude.

Por isso falo nos prémios — que o mesmo é que falar em todos os incitamentos ao heroismo, ao sacrifício, quer diser, ao valor, tantas vezes revelado sob impulsos de civismo.

E falando neste assunto devo diser, rendendo preito á verdade, que no nosso Paiz se tem desenvolvido, sobretudo nos últimos anos, uma salutar campanha no sentido indicado, estabelecendo recompensas e distin-

ções que estimulam e excitam os sentimentos individuais.

Desde os poderes mais elevados na Nação até às mais simples coletividades, causa alegria verificar o entusiasmo e devoção como — por assim diser, á compita — se tem procurado obter a precisa emulação entre os concorrentes aos variadíssimos ramos de «sport», ou entre as diversíssimas corporações com fins patrióticos, altruistas, e de impulso ao rejuvenescimento da Raça, tudo pára consecução do que se imagina — e muito bem — servir do sustentáculo ao nosso poder e á nossa supremacia.

E se isso é consolador, não o é menos ver o afân com que, acolhidas e aceites essas manifestações, traduzidas por fórmas lucrativas, ou em fundo moral com dignificação á honra, ou em benésses pecuniárias — são conseguidas, afinal, conquistas e vitórias, sequêntes a lutas renhidíssimas e, tanta vez, emocionantes!

Assim tem sido, assim devia ser.

Como disse, essa perfeita noção em ordem ao aperfeiçoamento do nosso Povo e, principalmente, da nossa esperançosa mocidade, vem sendo um facto, só credor de aplauso e de respeito.

Indispensavel é, porém, diser-se, que todos esses concursos, torneios e exercícios práticos de qualquer naturêsa que sejam, precisam de sofrer uma vigilância e fiscalisação por parte dos chefes de família, dirigentes e, até, das autoridades legais, no sentido de evitar fáceis e naturais desastres — ás veses de graves consequências — originadas em irreflexões, temeridades e

faltas de método — até incompativeis com os resultados eficases que se desejam.

Uma vez, porém, obtida essa fiscalisação, representam todas as preparações de destreza e de avigoramento, muito e muito de proveitoso no sentido exposto.

Os prémios, pêla ajuda prestada a todo êsse desenvolvimento e, como ficou dito, pâra duma maneira geral produzirem incitamentos a tudo que possa servir á nossa «Regeneração», são pois absolutamente indispensaveis.

Dizia Ulpiano que «premiar e punir são a mola universal de todo o género de governo»; e também «que não basta aterrar o crime; he necessario animar a virtude».

Tudo, pois, o que se tem feito é bom; e oxalá que assim continue a compreender-se o grande problema social.

Todos os que têm atribuições e deveres pâra punir, não devem esquecer que é perfeitamente sensato o principio de Ulpiano — afinal mais uma demonstração de que tanto havia e ha a aprender na Filosofia dos grandes mestres da antiguidade!

Ao terminar esta parte transcreverei algumas prudentes e sensatas ponderações constantes da grande obra, ainda hoje assim reconhecida — *Traitè des Corps politiques* tom. II, 3. Ch. 9. Pag. 410.

«Os prémios são honrosos, úteis, ou uma e outra coisa ao mesmo tempo.

Segundo a ideia comum dos homens, quanto mais

utilidade trazem os prémios, menos a opinião lhes atribui de honra.

Parece que custa á honra e interesse o faserem liga.

Nos Estados Populares são os prémios mais honrosos que úteis, como os triunfos, as estátuas, os apelidos.

Foram os prémios as grandes causas das vitórias dos Romanos.

O prémio de interêsse deve-se aos serviços que se acompanham da precisão; o da honra é devido ás ações distintas.

Quem governa deve saber ser bom, sem ser facil; e liberal, sómente nas ocasiões.

Começando por dar os cargos com discernimento, depressa consegue o premiar com justiça.

Os prémios, assim como as pênas, regulam-se por proporções: deve-se considerar a quem se dá, quando se dá, em que logar, a que fim, e as faculdades de quem dá.

O Principe que, para premiar sem medida exhaure as finanças do Estado, não difere daquele Juiz que tira os bens de uns, para os dar aos outros.»

E fecharei lembrando o que diz Mr. Pastoret no seu tratado *des Lois penales*, tom. 2. p. 4. c. 4.

«Se alguem fez um grande serviço ao Estado, deve ser recompensado; se lhe fez um grande mal, deve ser punido.

A Justiça e a Lei não devem dobrar-se.

Sucede ás vezes que a mesma ação complicada mereça castigo e prémio. — Quando Epaminondas insul-

tava Lacedemónia, um Espartâno se lançou por entre os inimigos só com as suas armas ofensivas. Foi premiado pêlo seu valor e façanhas, mas foi condenado em multa, por ter combatido sem escudo.»

Respeito e consideração social

Não seria decerto harmónica com trabalhos desta natureza, a falta de referência sob fórma especial, á consideração e ao respeito absolutamente indispensaveis na Sociedade, pâra estabelecer o justo equilibrio em tudo o que importe demonstrações de civismo — ainda as mais aparentemente insignificantes.

Preciso se torna aludir a êsse ponto, aliás um dos mais importantes a concorrer na tão desejada «Regeneração» dos costumes, que, como é óbvio, influi decisavamente, por vezes, na estabilidade moral.

Vamos, pois, analisar o que geralmente se dá a cada momento — e é ùrgico fazer cessar. E notemos desde já que essa mudança — essa transformação — é tanto mais pâra desejar, quanto é certo que os nossos defeitos e culpas nos pontos visados, são em número avultado, e — ha que confessa-lo tristemente — em escala muito superior á que se observa na maioria dos outros Países.

E se faço essa referência é porque, embora simplesmente conheça, por observação direta, o que ocorre em França, tenho pêla leitura frequente de jornais e revistas uma ideia muito aproximada àcerca do modo de vida habitual, socialmente falando, dos restantes centros de população.

Corramos, pois, o grandioso pano de bôca dêste palco social, e olhemo-lo nas manifestações cénicas que em cada dia, a cada hora, a cada momento mesmo nêle se desenrolam.

O que vemos?

Provas frequentes de falta de polidez; demonstrações constantes de ausência de educação.

E podemos nós furtar-nos a elas sem que uma violenta indignação nos avassale e domine?

Não, decerto, porque só aos temperamentos extremamente fleumáticos isso seria permitido — e êsses, são poucos — além de que todos devemos naturalmente presar a nossa dignidade e zelar a consideração que nos é devida.

E quantas vezes as demonstrações de grosseria atingem mesmo pessoas que nos acompanham — senhoras até — obrigando-nos a um natural desfôrço, por palavras, ou mesmo a qualquer outro corretivo, que, no entanto, nos incomoda, irrita, ou pêlo menos nos aborrece?

Mas iamos dizendo; a sociedade civil, ou seja um organismo completo com todas as demonstrações de vitalidade e ação própria, exige a nossa comparência por vezes mesmo a nossa assiduidade—visto o homem, como ser social que é, não poder por fórma alguma, habitualmente, retrair-se no isolamento que o deprimiria e lhe causaria embaraços e transtornos vários, e que até o inibiriam, possivelmente, do desenvolvimento e perfeição a que tem direito.

Admitida portanto, como necessária, a nossa inter-

ferência na Sociedade temos bem legitimamente o direito de exigir que essa sociabilidade seja respeitada e acompanhada de todas as demonstrações de aprêço e de atenção — que tanta vez, e infelizmente — deixam de existir.

Eu não quero nem posso, dada a estreitesa do tempo que me reserva no trabalho delineado, entrar em discussão desenvolvida àcêrca das desigualdades sociais, que existem e têem forçosamente que existir sempre, como bem se compreênde, uma vez que não podem deixar de admitir-se também as diferenças de nascimento pêlo que respeita à saùde, inteligência, sentimentos, enfim, a êsse variado número de requisitos originários e com influência nos combates da vida futura.

Essas diferenças, já existentes no alvorecer da vida, continuam depois naturalmente a manter-se, sejam quais forem os alvitres dos que preconisam e pregam o regimen de uma absoluta e perfeita igualdade — embora se atenuem, por vezes poderosamente — á custa de naturais e desejaveis esforços.

Trago ao assunto estas ligeiras considerações pâra concluir bem legitimamente que, visto ser inevitavel a citada desigualdade — embora possivelmente eliminada — e oxalá o fôsse! — nos princípios da honra e do dever ao natural alcance de tôdos — se torna mistér a existência, já de uma atenção reciproca, já também da que a mesma diferença comporta e requér.

E' pois pâra desejar que tôdos se compenetrem dos deveres que naturalmente lhes são determinados pêla boa educação, e, não menos, pêlo são e bom critério.

Que todos procurem tornar-se crédores do justo louvor que lhes dará a consciência, quando procedendo ao impulso da correção e do dever.

Que se considere e respeite a inteligência, o trabalho, a posição social; que haja as justas deferências tão indispensaveis no viver, público e particular; que cada um norteie o seu procedimento, tendo sempre em vista que, mais valerá aquêle que melhor se conduzir e melhor souber interpretar as conveniências do meio em que viver.

Que haja êsse respeito por tôdos, pélas suas sinceras opiniões, e pêlas suas sinceras crenças.

Que se atenda sempre a isso e que nunca se esqueça também o fervoroso culto que nos devem merecer os velhos, êsses que representam o conhecimento e a experiência da vida, que tanto podem ensinar-nos e dirigir-nos, que vem sofrendo as atribulações sempre inerentes ás tristeş contingências sociais, que, virtuosos e bons, nos lembram, na recordação do passado, o exemplo da honra; êsses que nos acolhem, e afagam, e protegem com as suas lágrimas, entrecortadas de soluços e de sorrisos; êsses que, mais próximos do limiar da Eternidade, se despedem de nós fazendo-nos pensar, grave e meditadamente; êsses velhos enfim que temos obrigação de reverenciar com uma veneração constante e afetuosa!

Sim!

Respeitemos sempre quem pêla sua provação atravez da existência, tanto jús a isso tem.

Respeitemos por todas as fórmas e de todas as ma-

neiras as sagradas cãns da velhice! E lembrêmo-nos daquêle conhecido pensamento que aparece a miúde nos compêndios pâra edificação da sociedade, e que também deve servir de base a uma sólida «Regeneração»:

«Uma família, um povo, uma sociedade, onde não haja o respeito pêla velhice, é uma família, um pôvo, uma sociedade com graves sinais de dissolução.»

Assim se poderá viver bem, sobretudo se cada um abandonar egoismos revoltantes, comodidades incompatíveis com o bem estar dos outros, e, dando impulso a sentimentos de humano altruismo, se sacrificar mesmo, sendo preciso, pêlo bem coletivo, seguindo edificantes exemplos de corporações que, santificadas pelas bençãos de Deus, e registadas com louvor nos corações da desgraça, tanta vez acorrem pressurosas a enfrentar o perigo, e, tanta vez também alí perdem as vidas, em holocausto da Honra e da Pátria!

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 6
BIBLIOTECA

BIBLIOTECA

ÊRROS JUDICIARIOS
A REABILITAÇÃO LEGAL
REVISÃO DOS PROCESSOS

Quando olhei os diversos casos da «Reabilitação» expuz a disposição em que estava de não me ocupar de qualquér análise ou interpretação das Leis; por isso, e mantendo sempre êsse ponto de vista em todas as fases do meu estudo, porei de parte quaesquer considerações que possam sugerir-me as regras da Lei de 3 de Abril de 1896, pêlo que respeita á revisão das sentenças.

Demais — e depois disso — foram apresentadas superiormente algumas propostas, e entre élas — e ao Parlamento — pelo hábil advogado e jurisconsulto Dr. Alvaro de Castro, uma, que visava a ampliar e modificar a referida Lei, constituindo o relatório que a precede um documento altamente valioso sôb diversos pontos de vista.

Conhecem aquêles a quem tenho a honra de falar — e que têem dedicado a sua atenção a questões desta naturesa, certamente, a referida proposta, que aliás

consta também de uma obra muito pâra considerar, da autoria do ilustre advogado Dr. Alberto Xavier, obra que se intitula: «Erros Judiciários — sua descoberta e sua reparação».

O facto, porém, de me manter no propósito aludido, não quer significar que eu possa ou deva deixar de abordar a «Reabilitação legal» no sentido de me manifestar pelos gravíssimos inconvenientes que tanta vez se dão e que determinam a necessidade das revisões procéssuais.

A própria situação de patrocinio em que me venho empenhando ha tantos anos em tribunais, dá-me naturalmente direito a isso, se é que mo não determina perentoriamente, uma vez que a influência no sentido expôsto pode concorrer pâra um aperfeiçoamento tão eficaz no sentido de evitar as causas determinantes das «Reabilitações».

A compreensão, nitida e segura, de que é indispensável um cuidado extremamente meticuloso na apreciação e estudo dos processos pâra uma resolução harmónica com os intangiveis principios da Justiça; a certêsa, tantas vezes verificada, de que todo êsse cuidado, todo êsse esfôrço, todo um trabalho duradoiro, paciente, por vêses mesmo exaustivo, é, em determinadas condições e emergências da vida juridica, insuficiente pâra uma resolução acertada e exáta; a experiência, mostrando em tantos casos a falibilidade dos sentidos; a série, infelizmente numerosa, de sentenças erradas, baseadas, ou seja nas linhas capitais das respostas dos juris e im-

portando condenações tremendas, ou, pelo menos, envolvendo diferenças em resultado de possíveis confusões; êrros e enganos a cada passo cometidos, a despeito de uma atenção julgada suficiente; mas que o não foi afinal; interpretações menos exátas das provas, sobretudo da testemunhal, tanto e tanto cada vez mais falível; faltas de reparo e de apreensão nos debates — embora involuntárias; algumas, mesmo, confusões de textos jurídicos, na conferência do juri, embora, quanto possivel anteriormente esclarecidas em audiência; isso, tudo isso, que é muito — que é imenso — àlém de outras causas a aparecerem possivelmente, mostra-nos bem as terriveis contingências dos julgamentos.

E mais nos convenceriamos disso, se fosse preciso, percorrendo a história da criminalogia, pêlo que respeita a tantos «Erros Judiciários» cometidos, embora alguns mais tarde ainda remediados em parte, mas não tanto a tempo que fosse evitada a tortura, física e moral, dos condenados inocentemente!

Não chegariam decerto folhas e folhas de muitos livros pâra conter as narrativas que acompanham êsses erros, e ao mesmo tempo bem sintetisam as angústias de todas as naturesas de tais infelizes!

Poder-se-ha faser uma pálida ideia do que será a vida do condenado a dentro da céla de um presídio ou de uma penitenciária, no isolamento e reparação fóra das horas do trabalho ou da instrução, olhado com natural desconfiança por todos, esquecido pêla restante sociedade, vergando ao pêso esmagador de uma sentença — tantas vêses infamante, — lembrando-se do ferrête de

ignomínia que presumivelmente pâra sempre o marca indelévelmente no vilipêndio da desonra — quando a sua consciência repele por injusta e descabida a condenação que lhe inflingiram?! Calcular o que se passa de amargura e de pezar no cérebro dêsse homem, em noites horríveis de insónia, vendo-se perdido — êle e os seus — sem que tenha prevaricado por qualquer fórma, embora um horrível conjunto de circunstâncias aparentemente o julgassem merecedor do castigo?!

Prescrutar, sequer, a revolta íntima que o domina, que o dilacera, que o envenena e o faz odiar até o resto da humanidade?!

Indiscutivelmente o viver assim dêsses desgraçados é simplesmente horroroso!

Mas, dir-se-ha — porque não solicitam êles as providências tendentes à sua «Reabilitação»?

Porque não pedem a atenção dos Poderes Públicos?

Se alguem fizer essa ponderação fácil será respondêr-se-lhe que os pobres condenados são, em geral, vistos com uma disposição pouco propícia a fazê-los acreditar nas suas exclamações.

A sua má situação começa a manifestar-se nas prisões; persegue-os, tanta vez, a infelicidade, nos julgamentos; acompanha-os em muitos casos a desdita nos recintos de cumprimento da pena.

E tudo isto é originado no pouco merecimento que êles oferecem, olhados, como são, com uma, infelizmente, natural reserva, dadas as circunstâncias — tanta vez independentes da sua vontade — em que se encontram.

Triste condição a de um pronunciado! dizia Thomaz Ribeiro. Se chora, consciente do seu destino, ou da sua situação, as lágrimas são o testemunho do crime na eloquência do remorso; se ri, ou se aparece indiferente ante um horror que haja praticado, não é inconsciência, é cinismo; é fingimento preverso que mais em culpa lhe acresce!

E é assim que — e por isso mesmo — tanta vez essa má disposição, filha de motivos diversos, embora involuntária, prejudica ou pode prejudicar, afinal, a causa de muitos condenados.

Como disse, e é bem conhecida, a série de «Erros Judiciários» é infelizmente grande em todos os paizes.

Ressalta ela bem alarmante e pavorosa das páginas dos livros de criminalogia, alguns conhecidos com certeza de muitos dos meus ilustres ouvintes.

Neste momento aparece sob as minhas vistas um que contém casos verdadeiramente edificantes a demonstrar a existência dessas infelicidades jurídicas: o «Determinismo e Responsabilidade», de A. Hamon.

E êsse serve, mais talvez do que qualquer outro, porque, ao mesmo tempo que aponta «Erros» devidos da confusão de provas, também inuméra duzias e duzias deles, originados em condenações impostas a infelizes cuja razão estava escurecida pelas taras da loucura!

Confrange-se-nos o coração ao analisar o que se tem passado — e continua a passar — por êsse mundo em fóra!

O quadro é verdadeiramente desolador; mas não resisto, porque imagino com isso prestar um bom serviço à causa que me proponho tratar, a oferece-lo, já se vê, em parte muito reduzida, à atenção de quem me faz a honra de escutar-me.

Oiçam e pasmem, Senhoras e Senhores!

«Krafft Ebing» afirma que os presidios estão cheios de loucos morais, vitimas de «Erros judiciários».

«Verga» tem a mesma opinião, pretendendo que a raridade dos mesmos loucos nos asilos de mendicidade é devida á permanência dos doentes nos presídios, emquanto os abastados de meios escapam ás condenações e vão pâra os asilos.

Dizia um Diretor de prisões Belgas que numa delas havia uma terça parte de loucos, uma terça parte de inocentes e só outra terça parte de culpados!

O assassino «Jobard» era um alienado, segundo «Tardieu», e foi condenado a trabalhos forçados.

«Verger» assassino do Arcebispo «Sibour» era igualmente demente e foi executado.

«Henriete Comiér» foi condenada á cadeia perpétua apesar da consulta medico-legal de «Marc», sendo monomaniaco de homicidio.

Em Versalles uma mulher, apesar de três medicos a declararem irresponsavel, foi condenada a trabalhos forçados!

Mas ha mais — e infelizmente pior:

No sumário da Comissão Inglêsa pâra estudo da pêna de morte, em 1865, Lord Sidney Godolphin, Ins-

petor do Asilo de Denham, reconheceu haver sido aplicada a referida pêna a varios alienados !

Em 1864, o jurisconsulto Fytzroykelly declarou haverem sido executados em Inglaterra, desde 1800, sessenta alienados !

O Dr. Maddeu afirmou que no intervalo de alguns anos, onze alienados foram condenados á morte, havendo sido destes executados oito !

O Dr. Vingttrinier, em 1853, disse que numa soma de 4300 condenados, se separaram 262 alienados !

Falando dos paraliticos, cuja doença tantos «Erros Judiciarios» tem causado, diz-se ainda na citada obra que, de 1885 a 1890, foram tirados da prisão do Asilo de Sainte-Anne (Paris) 76 individuos cuja afecção terminou com a morte !

E também lá aparecem, bem salientes e bem manifestadas as opiniões de Lacassagne, Legrand de Saulle, Lumier, Letulle, Laségne, Moll, Chevalier, Lanpts, Sérieuse, Raffalovich, Platuer, Oxiander, Henke, Marc, Montyel, etc., quanto á prova, simplesmente medonho, de, por falta de observação e de cuidado, tanto e tanto degenerado ter sofrido penalidades horriveis e mesmo penas capitais, quando sem consciência das faltas praticadas !

Seria interminavel a apresentação dos casos verificados e constantes dessa obra, tanto com relação a circunstâncias de doenças que deviam evitar sentenças condenatórias, como dos que levaram a carceres e prisões — mesmo até á morte — réus, depois considerados sem culpa.

A «Historia das Causas Célebres», traz-nos então curiosíssimas demonstrações em qualquer desses sentidos.

Quantas vezes ali se verificam casos em que testemunhas teem levado, parecendo possuidas de uma convicção inabalavel, ao espírito dos Jurados, a certeza (infelizmente só aparente !) do cometimento de crimes, quando mais tarde se reconhece não haverem sido praticados pelos arguidos alvejados, e, até, o que é mais extraordinário ! — não haverem mesmo tido realisação !

Andam no conhecimento de todos nós — os que nos dedicamos a estudos de criminalogia, ou praticamos em Tribunais, esses tremendos «Erros Judiciarios», originando condenações injustas em Callas, Lebrun, Lezurque e outros !

E que diremos ao processo da celebre Pivardière, a que faz alusão o nosso grande jurisconsulto Neves e Castro na sua bela obra *Theoria das Provas,* em que duas testemunhas tinham visto praticar o crime, outra tinha ouvido os suspiros da vítima, outras tinham visto o fogo do tiro e panos ensanguentados, e no entanto a Pivardière vivia.

E também, como na mesma obra se conta, que extraordinário não é o processo conhecido pelo do «Rio Sêco», passado entre nós, em que a suposta vítima, que se dizia morta, mais tarde apareceu viva!

Nessa obra a que já ha pouco fiz referência «Erros Judiciarios», aparece também a notícia de dois flagrantes «Erros» que originaram ter passado, um dos condenados inocentemente, 8 anos na Penitenciaria (8 anos !)

vivendo á data da publicação do livro (1913) completamente abandonado e miseravel; e encontrando-se o outro, ainda ao tempo, na cadeia, com poucas esperanças de «Reabilitação!»

E se fosse preciso que alguns casos — agora — nos viessem avivar a memória, para não esquecermos essas grandes iniquidades, ahi temos bem patente o de um soldado ha pouco condenado no Tribuual Militar de Lisboa por homicidio, quando uma revisão do processo depois, o reabilitou completamente, mas não sem que cumprisse alguns anos de prisão na Penitenciária, e certamente sofresse os correspondentes martírios, sobretudo repugnantes á tranquilidade da sua consciência!

E ainda ha pouco também a Imprensa noticiou um caso passado em Nespereira, comarca de Gouveia, relativo a um condenado a 8 anos de prisão maior celular, pena que se acha cumprindo em Coimbra, seguida de degrêdo por 12, por cumplicidade em homicidio, quando parece certo — e êle se propõe provar perante quem de direito e quando da revisão já requerida do processo — que o seu co-reu, um próprio irmão também condenado, mas em menor pena, é o unico e verdadeiro responsavel, segundo a sua própria declaração, só agora prestada em consequência de o não poder haver sido quando do julgamento, por perda da razão, que agora recuperou.

Quer parecer-me que a exposição feita e as considerações aduzidas são já suficientemente elucidativas pára se tirar uma naturalissima e justa conclusão:

tornar-se absolutamente indispensavel a maior cautela, a maior ponderação, pâra evitar condenações que, a despeito de parecerem concludentes á face dos processos e das discussões em audiência, podem representar — como algumas teem representado manifestas injustiças.

E termos bem presente também que, se ha êrros que são reconhecidos a breve trecho do encarceramento dos condenados nas prisões, outros existem que só se patenteiam muito mais tarde, e alguns mesmo á hora da morte dos verdadeiros culpados !

Lembremo-nos disso — de que essas descobertas são de contingências muito singulares, de que tanta vez os autênticos criminosos são favorecidos por circunstâncias diversas, passando incólumes perante as Leis — e também de que muitos miseros padecentes expiam até final culpas que não tiveram !

Lembremo-nos sempre — quando os nossos deveres sociais nos levarem ás cadeiras do juri — que precisamos constantemente observar aquela atenção e meticulosidade a que ha pouco fiz referência, pois que, a despeito dela, tanta vez seremos ainda vitimas de enganos !

PÊNA DE MORTE

Reabilitações póstumas

. . . . . .

. . . . . .

Não ha Povos pequenos. Não se mede pêlo número a grandesa de um pôvo, como se não avalia o homem pela grossura do corpo.

A única medida é a quantidade de inteligência e a quantidade de virtude.

E' grande quem dá grandes exemplos.

A bondade desce do azul; acabai com o cadafalso.

. . . . . .

. . . . . .

VICTOR HUGO.

O homem tudo pode fazer, exceto criar.

. . . . . .

Deus disse ao homem: tu não matarás, porque tu não podes restituir a vida.

Matar é uma usurpação do meu direito divino.

. . . . . .

Feliz o dia em que a Legislação vir desaparecer, diante da Luz Divina, os dois escandalos da Rasão do seculo XIX: a escravidão e a pêna de morte!

LAMARTINE.

. . . . . .

O suavisar das pênas é um sintoma certo e constante do desenvolvimento da Liberdade nos Povos: tanto a Liberdade e a Moralidade são irmãs nos pensamentos da Providência.

MONTESQUIEU.

Em tempo de paz está a pêna de morte abolida em Portugal. Ainda bem!

Felizmente que assim acontece, considerando-a sómente subsistente os Códigos, em casos muito restritos nos Teatros da Guerra — e em presença do inimigo.

E digo felizmente porque pertenço ao número dos que, fóra dêsses casos — aliáz em condições e circunstâncias extremamente ponderosas — considero a pêna de morte de contingências gravíssimas perante a consciência de um Pôvo!

E como não hei-de eu pensar assim se conheço de ha muito e tenho fixa na miuha mente, essa grandiosa carta escrita de Hauteville House, em 17 de Novembro de 1862, por Victor Hugo, a propósito da revisão da Constituição da República de Genébra!

Essa carta que devia ser lida e meditada por todos os que defendem a existência de tal pêna fóra dos motivos aludidos, porque, se o fosse, ou ainda o fôr, dificilmente manterão o seu critério.

Essa carta que nos elucida, que nos vence, que nos esmaga á fôrça de raciocinios filiados na lógica irresistivel da razão e da experiência!

Essa carta que encerra exemplos edificantissimos pára se concluir, sem qualquér esfôrço, que a pêna de morte só tem sido contraproducente nos fastos da pobre Humanidade!

Essa carta — essa maravilhosa carta, que fala, como nenhuma outra manifestação conhecida, ao nosso cérebro, ao nosso senso, que não só ao nosso sentimento!

Essa carta que eu desejaria transcrever aqui — que tão bem aqui ficaria — que só ela de per si, salvaria todo êste humilde trabalho e o faria gigante de persuasão e de hermenêutica!

Essa carta que é como que um angustioso grito da alma do Poéta, mas também como que o brado potente do maior Espirito da França!

Sim, dizia eu, como não heide pensar assim se conheço, essa sublime demonstração de amor — é certo — mas não menos de argúcia e de Razão!

Como não ha-de a minha humilde inteligência assim compreender, se igualmente conheço, leio e decoro *Cláudio Gueux,* e o *Ultimo dia de um condenádo* — obras imortáis do mêsmo Génio!

E também como à minha mente não ha-de repugnar a aplicação premeditada, combinada — a sangue frio — fóra de momentos extremos e de circunstâncias únicas e absolutamente precisas á garantia e segurança dos Povos, — dessa horrorosa pêna, — se conheço toda a vastissima proclamação do Grande Lamartine, feita em va-

riados discursos — verdadeiramente sublimes de pensamentos, convicção e argúcia — pronunciados em Pariz, em 18 de Abril de 1836 ; — na Sessão anual da Sociedade de Moral Cristã, em 17 de Abril de 1837 — e na Câmara dos Deputados, em 18 de Março de 1838 !

Esses discursos que tanto ainda hoje se harmonisam com a nossa ponderada meditação !

Como não hei-de assim pensar se, não tanto pêla nossa sensibilidade — a muitos afigurada exquisita e doentia — mas principalmente pêla argumentação firme e decisiva, eu vejo sem justificação a existência dessa pêna fóra de casos extraordinários e excepcionalissimos ?!

Se eu vejo que essa mesma pêna, aplicada desde ha tantos anos, e em tantos Paises, não tem evitado — ao menos feito diminuír — os crimes das diversas naturesas que a determinaram ? !

Se eu vejo que exatamente é a amenisação e a sobriedade das penas que tanta vez concorre pâra temperar a cruesa e a hediondez das más ações !

Se eu vejo ainda que as estatísticas demonstram bem indiscutivelmente que nos Países em que a citada pêna foi, atravez dos tempos, suprimida, é precisamente aonde são mais reduzidos os crimes contra as pessoas !

Se vejo que nenhuma das três razões apontadas como objeto da Justiça — a correção do criminoso, a indemnisação da vítima e a defesa da Sociedade, têem sido eficazmente atendidas e satisfeitas com tal pêna !

Se eu estou plenamente convencido de que a pêna de morte — essa pêna a que todos estamos condena-

dos com prasos indefinidos — não é a máxima pêna, isto é, não é a pêna que o criminoso mais receia, a que mais o horrorisa, a que mais o deprime nas horas — que devem ser terriveis, antecedendo a execução, — a que mais ele teme, pois tanta e tanta vez se têem visto subir aos patíbulos criminosos sorridentes, serenos, indiferentes, dizendo até, como em Hespanha ha pouco aconteceu com Piquéras — um dos autores do célebre crime do «Exprêsso» de Andaluzia, que preferia a morte a uma reclusão de trinta anos!!

Se, como tenho visto expressa em autorisadas opiniões exaradas na imprensa Francesa e Hespanhola, êsses condenados tentam fazer, — quando não fazem — por diversas manifestações, a verdadeira apologia do crime, mantendo atitudes de indiferença e de cinismo que, longe de concorrerem em ordem a despertar horror ás execuções, antes constituem incitamento ao desenvolver da crueldade!

E finalmente — tremamos todos, Senhoras e Senhores, se os «Êrros Judiciarios» importam éssas condenações á pêna capital, — porque então são irreparaveis perante o pavoroso espetro da morte — perante a escuridão gélida do sepulcro!

E' facto que revisões dos processos e das sentenças podem têr logar quanto a réus falecidos; mas essas revisões, importando porventura «Reabilitações postumas», apênas conseguem dignificações nessa conformidade — ás vezes, compensações pecuniarias ás familias — sendo porém impotentes em frente dos cadáveres!

Vou terminar esta imprescindivel análise, tão adequáda e precisa, parece-me, á demonstração da rígida e severíssima cautela com que a Sociedade, representada pelos Juris, deve proceder pâra procurar evitar causas determinantes dos «Êrros Judiciários», que, por seu turno implicam e obrigam as «Revisões» e «Reabilitações Legaes».

E fazendo-o, lembrarei a todos os que me escutam o grande e indiscutivel principio — embora sobremaneira conhecido — que assim réza:

Antes mil vêzes absolver um criminoso do que uma só condenar um inocente!

E tambem, as palavras constantes da obra que já citei *Teoria das Provas,* portadoras da inevitavel e infeliz falibilidade dos sentidos:

A evidência filosófica é quási uma utopia!

MORAL — CIVISMO

As causas anteriormente apontadas como fatores legítimos com influência no desenvolvimento do têma propôsto, parece-me sêrem de ordem a merecerem as atenções geraes.

Como, porém, todas elas indispensavelmente abordam a parte moral, e esta não é infelizmente tratada com aquêle cuidado que seria mistér, nem olhada por princípios indefectiveis e únicos, não é demais, entendo eu, a despeito de me haver já referido a ela de maneira geral anteriormente, dedicar-lhe um capítulo único.

Bem o merece essa Virtude, que, segundo «Gustavo de Molinari», constitui «Um conjunto de regras de conduta e de Leis que o homem se impõe ou que lhe são impostas no interesse da sua conservação»; acrescentando que «a necessidade das regras constituitivas da moral não deve só fazer-se naturalmente sentir no estado da Sociedade, mas sendo também uma condição da consideração do indivíduo, mesmo suposto isolado».

Vamos pois olhar, ainda que ligeiramente, essa

Moral

Vêem-na uns por certa fórma; outros encaram-na de maneira oposta; melhor; cada um a aceita, interprêta e executa como convem aos seus interesses!!

E, sendo assim, como infelizmente é, está bem de vêr que a moral escolhida, facilmente adaptavel a comércios e interesses diversos, não é aquela que se guiava outr'óra por principios indefèctivelmente honestos, isto é, a moral tradicionalista, mas sim a acomodatícia ao paladar e sabor de cada um, sem guia e sem rumo seguro.

A moral que tanta vêz infelizmente se defende, preconisa e aceita — vá, tenhamos a corágem de dizê-lo e afirmá-lo — é a que vive na mentira e na falsidade dos principios, e não a que sempre e incontrovérsamente, e tradicionalmente nos guiou ás conquistas que nos imortalisaram perante a História — nossa e mundial — quando dessas lutas Homéricas que nos levaram aonde quizemos — por mares e por terras — como campiões de uma Ráça inexcedivel de fôrça e de audácia!

Não!

Digâmo-lo com a verdade que sentimos! Com a lealdade que devemos pôr nas nossas apreciações e a que nos obriga a nossa feliz, ainda hoje, preponderância pêlo caráter e pêla Glória!

Em abono da necessidade que urge pâra reforma em certa escala do nosso viver e consecução da nossa «Reabilitação», precisamos exátamente de abandonar

essa moral de conveniência, voluvel, caprichosa e falsa, e guiarmos todos os nossos actos, toda a nossa vida, pêla que já me referi, a moral dos bons princípios, a moral que nos leva ao altruismo e, por vêses, ao sacrifício, a moral que nos serviu de sustentáculo nos mais ridentes periodos do Passado, essa moral que tem sido e ainda felizmente é pâra grande parte do nosso Povo, apanágio do brio e da honestidade ; essa moral, emfim, que hade fazer-nos compreender as culpas passadas e que, ajudando o nosso arrependimento, nos levará sem dúvida a uma ainda maior felicidade no Futuro !

Precisamos de têr em vista grandes e salutares princípios — que sempre nos acompanharam e defenderam !

Pâra uma sã moral e pâra o que com ela tem intima ligação, quér dizer, pâra demonstração e execução dos actos que importem o indispensavel civismo, devemos têr sempre em vista também o intangivel princípio do respeito por tudo o que importar determinações da autoridade. E' triste dizê-lo, mas é preciso, representando, como representa, uma grande verdade ; por vêzes, por muitas vêzes mesmo, se dão manifestações de indiferença — quando não são de desobediência caracterisada — ás ordens dos agentes respetivos. E não raro acontece que estes, esgotada toda uma prudência — ás vêzes até excessiva e prejudicial — se vêem naturalmente obrigados, pâra dignificação dos seus misteres e manutenção do indispensavel prestigio — a exercer uma ação repressiva, que involuntariamente se estende em tantos casos a inocentes vitimas !

E tudo porque não está ainda bem radicada no espírito do povo — e dizendo povo quero referir-me a muitas das suas classes, ainda as mais ilustradas, pois que nelas a cada passo se vêem e notam essas citadas faltas —o grande e salutar princípio a que me vênho referindo.

Cabe aqui dizer, bem naturalmente, que é possível— mêsmo certo — ter havido e haver no futuro excessos altamente condenaveis por parte dos fiscais das Leis; mas, sendo assim, cabe aos ofendidos o apêlo pâra as repartições competentes, nos termos sancionados pelas mêsmas Leis e Regulamentos, apêlo que importará, sendo justo, o castigo dos prevaricadores.

O que é preciso — absolutamente preciso — é manter, custe o que custar, o respeito e obediência a todas as determinações legais da autoridade, êsse respeito e essa obediência que constituem uma das mais sólidas bases da organisação social e que, assim, importam a verdadeira regeneração dos costumes, êsses costumes que são, segundo Brissot, o hábito de dirigirem aos cidadãos as suas paixões e as suas ações; que são bons, politicamente falando, quando têem por fim o bem público, e maus quando o egoismo é o seu móbil; que serão puros naquêle País em que se recompensarem as ações virtuosas; êsses costumes cuja regeneração também deve ser estudada pêlo princípio, ainda do mêsmo criminalista, de que «nenhnm outro móbil que o de uma bôa educação descobrirá no coração do plebêu o género das virtudes sociais».

Terminando o estudo sôbre êstes pontos, quero dei-

xar aqui trasladadas pâra conhecimento de todos os que me escutam, máximas doutrinárias de um valor e de uma tão natural eficácia, que ocioso é por certo encarecê-las.

Conhecia de ha muito as de Victor Hugo, postas na bôca angelical do grande «Bispo».

«As faltas das mulheres, das crianças, dos servos, dos fracos, dos indigentes e dos ignorantes, são as faltas dos maridos, dos pais, dos amos, dos fortes, dos ricos e dos sábios.»

Mas, confesso, ignorava as de êsse, já por vezes referido Brissot, constantes da também citada obra de prevenção dos crimes.

E foi com verdadeiro júbilo que elas apareceram sôb meus olhos, e é com desmedida alegria que também as apresento aqui, certo como estou de que elas consolarão altamente o espírito de todos, tão grande, tão profunda é a sua verdade e a sua filosofia, e de que a sua meditada análise hade contribuir pâra alcance do que me vênho propondo.

São elas:

«*Homem*, ama os teus semelhantes: tu o deves á Sociedade, a ti mêsmo.

«*Vassalo*, ama o teu Príncipe; êle vigia sôbre os teus dias, enquanto tu dormes.

«*Espôso*, ama a tua Espôsa; ela é a tua imagem, e deve fazer as tuas delícias; respeita-a, porque é fraca; estima-a, porque é tua igual.

«*Pai*, educa com ternura os teus filhos! estende sôbre êles a tua mão perpetuamente bemfeitora; êles são

o fruto do teu amor, e a sua educação alia̲nça a tua felicidade e a sua gratidão.

«*Amo*, não deixes cair sôbre os teus criados vistas de desprêso, ou de indignação; a naturesa os fez nascer na mêsma linha de nível que tu; se êles são mais infelizes, são por isso mêsmo mais respeitaveis.

«Pratica a Religião; pâra sustenta-la não te sirvas, porêm, da espada do fanatismo.

«O cego tem direito á tua piedade, não ao teu ódio.»

CAMPANHAS DERROTISTAS: O DESÂNIMO

Ainda devo, bem naturalmente adentro do têma proposto, falar num ponto importantíssimo e que é, a meu vêr, causa de muitas contrariedades e dificuldades morais e materiais.

Refiro-me ao desânimo que tanta vez se esboça — melhor, tanta vez se patenteia em tudo e a propósito de tudo!

Já uma vez o disse perante um público que generosamente me acolheu: não temos o direito de a cada momento mostrarmos pèssimismo acêrca do nosso viver e, sobretudo, do nosso futuro!

Não temos êsse direito e até, pêlo contrário, nos incumbe o sacratíssimo dever de mostrarmos esperança e confiança no destino, nêsse destino que de ha tanto vem bafejando com felicidade a nossa História.

Por todos os motivos de Honra, de Prestígio moral, de afirmação de coragem cívica, e até pâra natural salvaguarda dos nossos interesses.

Quando os outros Países são os primeiros a encarecer a nossa preponderância, a frisar o nosso predomi-

nio, a constatar a nossa força, a reconhecer a heroicidade -- ainda palpitante — da nossa Raça, a prestar todo o culto á nossa indomavel energia — por terra, por mares e pelos ares — a confessar mêsmo a nossa superioridade em diversos pontos e aspetos, — teremos nós o direito, embora sôb a égide de motivos que aparentemente se julguem conducentes a fins patrióticos, mas que no fundo revertem em nosso prejuizo, — de tanta vez confessar fraquêsas, embaraços e dificuldades que, afinal, são no fundo peculiares a todos os organismos e ás coletividades as mais prósperas e florescentes?!

De certo que não.

E essas confissões que se traduzem depois em motivos de infelizes e deprimentes reparos pâra a nossa nacionalidade, são, ou podem ser, condutores de contingências lamentaveis — pâra não dizer, de dificuldades sérias.

Assentemos nisto: em país como o nosso que teve e alcançou no Passado os mais gloriosos trofeus, que conquistou, afinal, o que quiz! — que viu e vê ainda hoje geralmente testemunhos de respeito e consideração — como fica dito — das nações mais orgulhosas do mundo, não tem o direito de se mostrar desalentado, desanimado, tão pouco confiante na linda e cintilante Estrêla que outróra o iluminou e ofuscou de Glória, e que ainda hoje o deslumbra pêlas demonstrações constantes de uma heroicidade sem limites!

Não tem, inegavelmente não tem nem pode ter êsse direito.

E no entanto o que vemos por vêzes pâra vergonha nossa?!

A cada hora, a cada momento, manifestadas em conversas, em discussões, em comícios — e até por alguma imprensa, essa instituição a que já me referi — os mais incriveis e criminosos desalentos, os mais injustificados e pueris receios!

E tanta vez isso acontece por parte de pessôas extremamente inteligentes, mas que têem infelizmente a sua rasão falseada por sectarismos — talvez de ordem politica ou pessoal — mas em tôdo o caso lamentaveis e nocivos ao bem público e ao bom nome da Pátria!

È preciso, a meu vêr, acabar com essas exclamações que podem converter-se ámanhã em verdadeiros crimes de lésa-nacionalidade!

Torna-se absolutamente necessário convencermo-nos de que, mêsmo a serem rasoáveis êsses receios — que não são — jámais seria ou será patriótica a sua exposição, que interpretada de certa fórma, deturpada ou amoldada a falsos paladares, poderá amanhã causar graves dificuldades e sêr-nos muito e muito nociva.

È preciso que trabalhemos; que sejâmos circunspétos e prudentes; que olhemos a sério todas as nossas questões e interésses; que estudemos, cada um a dentro das suas competências, os diversos problemas da atividade social; que previnamos as mais elementares e outras contingências da vida económica e financeira; que não durmamos à sombra das vitorias d'um Passado brilhante, embora êle incessantemente ilumine o nosso Espírito.

Sim, tudo isso é absolutamente necessário.

Mas também o não é mênos que sigamos a róta da confiança no futuro; que olhemos com fagueira Esperança o caminho da vida!

Que radiquemos bem na nossa alma essa sublime e excelsa virtude, sem a qual seria impossivel conter as fraquesas da pobre humanidade, quando contra esta se levantassem privações, desgostos, temores, desditas ou infelicidades!

Que a possuâmos, hoje e sempre, pâra nos escudar contra essas atribulações, causadas pêlas ofensas alheias!

Que a olhemos, como diz Gilberto Dianda, numa inspirada imágem, «nascendo com o homem, guardando-lhe o berço, sorrindo-lhe na idade das flores, acompanhando-o na virilidade e no outono da vida, e não o abandonando no sepulcro!»

Que nos convençamos de que ajudados por ela, por essa angélica Esperança, quaesquer manifestações de pueris receios e de criminosas descrenças são absolutamente incomportaveis com os indómitos impulsos da nossa Raça.

Devemos sempre têr presente que palpita nas nossas veias o mêsmo sangue que outróra movimentou o coração de Nun'Alvares — o místico e valoroso heroi de Valvêrde e Aljubarrota! — essa figura grandíloqua que, cheia de Fé em Deus, trouxe até nós, mercê d'Ele e do valor herculeo do seu braço, a vitória dos nossos exércitos.

Devemos pensar que Ele está a vêr-nos da sua gloriosa sepultura e que fatalmente nos fulminaria com o

seu desprêso se um só dia, uma só hora, um só instante, tremêssemos na inquebrantavel força que nos transmitiu!

Que nos bafêja o mêsmo alento que outróra acalentou as gigantescas figuras ainda hoje fazendo descobrir com unção e respeito os povos da Humanidade!

E ainda que, quando uma injusta duvida nos começasse a preocupar o cérebro, antes de a alimentarmos, deveriamos — in-mente — percorrer a galeria inumeravel de valentes que derramaram o seu sangue em holocausto da Pátria e iluminaram as nossas almas com o imarcessivel valor do seu heroismo!

E repararmos também que a Raça a que pertencemos é ainda a mêsma e sempre, aquéla a que pertenceram êsses autênticos sustentáculos, essas sentinelas vigilantes do nosso predomínio!

O próprio presente, como que pâra nos convencer de que não podemos nem devemos deixar entibiar o nosso esfôrço, ou diminuir a nossa fé, veio trazer á nossa História os feitos inenarráveis e grandiosos de Sacadura Cabral, Gago Coutinho, Sarmento Beires, Brito Paes, Pinheiro Corrêa, Sérgio da Silva — eu sei, de uma pleiade de intemeratos e valentes que avassalaram os mares, descobriram rótas aéreas por sôbre desertos horriveis e regiões selváticas, expuseram mil vêzes a vida com uma indiferença absoluta, e levaram lá longe, muito longe, com a Redentora Cruz de Cristo a iluminar as asas dos aviões, a certeza do nosso poder, do nosso génio, do permanente esfôrço do nosso sentir, do nosso alento, da nossa grande alma, do nosso apaixonado, mas sempre heroico coração!

Dizei-me agora, Senhoras e Senhores que me ouvis: que mais queriamos ou poderiamos desejar pâra expungir do nosso sêr um espinho de dúvida — aviltante até pâra a nossa História!

Li ha tempo o relato de uma bela conferência feita pêlo grande jurista e fogoso orador dr. Cunha e Costa, no Ateneu Comercial do Porto sôbre o valor dos personágens das obras de Julio Verne, e nêle bem afirmado e traduzido o desejo — que é também o meu, salva a humildade do meu nome — quanto á confiança no Futuro.

Não ouvi a conferência, mas esse mestre da oratória por certo lhe pôz o brilho inconfundivel do seu grande espíritc.

Conheço pessoalmente essa figura preponderante nos meios intelectuais da nossa terra; tive já mesmo a subida honra de perante ela falar, merecendo-lhe então e depois demonstrações benévolas, ainda que imerecidas.

Agora, quando li a parte do seu valioso trabalho quanto á citada opinião, regosijei-me, porque, sentindo já então e de ha muito, o mesmo parecer, vi encontrar-me em boa companhia.

E é de frisar que, tendo o ilustre «causeur» uma predominante feição política — aliás bem conhecida — a pôz, e muito bem, completamente de parte, pâra só dizer o que lhe determinava o seu patriotismo, embora condenando opostas e infelizes opiniões.

A MULHER
E A SUA DECISIVA INFLUÊNCIA NA VIDA SOCIAL

Minhas Senhoras :

Vendo, como com alegria vejo, que Vossas Excelências quizeram com a sua gentil presença honrar esta conferência, não posso deixar de comovidamente lhes agradecer um gesto que extremamente me enche de orgulho e sobremaneira me distingue.

E apresentando-lhes reverente os meus respeitosos cumprimentos, quero também dizer-lhes, dentro do têma proposto : vós podereis contribuir poderosamente no sentido de auxiliar essa precisa «Regeneração» a que me venho reportando.

Vós, como ninguem, com os prodigios da vossa ternura, com os afetos da vossa bela solicitude, podeis exercer uma benéfica e salutar influência em tão importantíssima causa.

Olhai, senhoras !

Analisemos, se mo permitis, a vossa sublime e dificil tarefa atravez da vida :

Solteiras, na descuidada e ridente mocidade, prendeis com sorrisos cheios de formosura os homens do vosso lar; e quantas vezes êles, pais ou irmãos que vos estremecem, ao olhar-vos, vendo refletir no vosso ser a inocência das almas puras, guiarão o seu espírito por idiais sublimes, abandonando torvos e sinistros pensamentos!

Sois assim os anjos bemditos do lar, as pomtas fagueiras e bonançosas que o acalentam e alegram!

Casadas, passando a exercer uma influência muitas vezes eficáz junto dos vossos maridos, procurando prende-los com um conjunto de seduções, quantas vêzes podeis também contribuír pâra os livrar das agonias mortiferas dos meios preversos e deletérios em que vivem?!

Quantas vezes o filtro amoroso, que magicamente irrompe dos vossos corações, cativa, segura e prende — suavemente, docemente, os companheiros do vosso destino!

Eu bem sei e bem compreendo que, infelizmente, muitas vêzes, todas as demonstrações — ainda as mais verdadeiras — de afeto e de carinho, são improficuas e ineficazes perante horriveis precipícios de que o homem se abeira e em que, não poucas vezes, se afunda!

Neste mar encapelado e tormentoso aonde as paixões se agitam, as falsas amisades se patenteiam a cada hora, triunfa a hipocrisia, e se retrocede aos infelizes tempos do «Homo hominis lupus», eu bem conheço que nem sempre poderá haver um seguro éxito por vossa parte — senhoras — nessa luta a intentar.

Mas, cumprido o vosso dever, podereis até certo ponto conseguir evitar o que tanto representa de prejudicial exatamente ao caminho dos bons princípios e, de resto, em qualquer hipótese, ficareis, pêlo mênos, tranquilas com as vossas consciências.

E quando mães?

Que sublime influência podeis exercer então junto dos vossos filhos, dêsses inocentes e queridos rebentos, frutos abençoados do nosso amor!

Como se hão de refletir — e realmente refletem pela vida em fóra os consêlhos das mães!

Como a educação materna, se fôr guiada pêla sã orientação do dever, pode ter, e realmente tem, uma decisiva influência na vida do homem!

Por tudo, sois vós Senhoras, quem melhor pode favorecer e cimentar a «Regeneração Social».

E como é na ação materna que mais decisivamente essa intervenção se pode manifestar, eu peço licença pâra fazer um pedido àquelas que tiverem a requintada felicidade de criar um filho.

Atendei-me, senhoras!

Ao desabrochar da vida, e quando ao alvorecer dos primeiros fulgores da Luz e da Rasão, depois de o instinto lhe ensinar a pronunciar os nomes de Deus e dos Pais, guiai-lhe logo o pensamento pâra os deveres bem sagrados da família e da Pátria.

Depois, pouco a pouco, iluminai-lhe o espírito com a descrição do nosso Passado, êsse grandioso Passado que assombrou o Mundo!

Descrevei-lhe as nossas Vitórias, as nossas Conquistas, os nossos Feitos, ensinai-lhe, enfim o que fomos, — mas dizei-lhe também o que ainda somos e o que ainda podêmos ser!

Sim, senhoras minhas, suavemente, singelamente, pêla fórma porque melhor o entendais, insuflai nessa criança a nossa brilhante História; ide-lhe preparando o cérebro, instrui-o, fazendo-o bem ciente do que foram os nossos antepassados — êsses Atletas do dever — que iluminaram, com farois de luz cintilante e bemdita, o nosso grande Portugal!

Fazei-lhe decorar êsses nomes — que são tantos —; depois, quando ser possa, ordenai-lhe que os escreva e os beije com unção e com respeito!

E pâra maior facilidade na tarefa que vos impuzerdes, fazei com que sempre esteja á cabeceira dos leitos dos vossos filhos um exemplar dêsse livro os «Lusíadas» — o maior de todos, o melhor descritor do hercúleo esfôrço da nossa Raça, o que melhor traduz em verso sublimado o que fomos e valemos, essa Biblia santificada pêlo amor Pátrio, êsse Sustentáculo da nossa Independência, êsse bemdito poêma da nossa Imortalidade, essa Epopeia de luz que tem deslumbrado o Mundo, essa irradiação celeste do génio de Camões — Príncipe dos Poetas — cujo nome é imorredoiro nas nossas almas, como imorredoiros são tambem os de Virgilio, Petrarcha, Dante e Ossian nas dos Povos em que floresceram!

Explicai-lhe, senhoras, êsse resplandecente Evangelho que já uma vez serviu pâra nos remir de culpas

passadas em tempos de traições estranhas, e nos salvou do opróbrio e da vergonha, preparando um Advento de Luz e de Liberdade!

Traduzi-lhe com cuidado essas encantadoras estrofes, que são e serão pêla vida em fôra o mais poderoso incentivo ao nosso avigoramento!

Êsses versos maravilhosos, singelos no recitar, belos na contêxtura, grandes — imensamente grandes — na Idea que representam!

Assim fazendo, Senhoras, prestareis, como tive a honra de dizer-vos, serviços valiosissimos na preparação do caráter Português — e contribuireis poderosamente pâra a «Reabilitação e Regeneração» da Sociedade.

Por último dir-vos-hei, Senhoras:

A mulher desempenhou sempre — atravéz de todos os tempos, e mundialmente — um papel de preponderante e inexcedivel relêvo e por vêzes revelador de grande energia e heroicidade.

No passado houve sempre Heroinas que, mercê da bravura sem limites, dignificaram e honraram as suas Pátrias.

Ilustradas como vós de certo sôis, conheceis bem os seus nomes: mas permiti que vo-los recorde.

Vêde Judith — essa Patriótica Judith, viuva da Bethulia, degolando corajosamente Holophernes, por amor e pâra salvação da terra que lhe foi berço!

Esther — a mistica Esther — a libertadora de Israél que tanto sofreu e se martirisou pêlos seus irmãos, pâra lhes acudir no destêrro que nostálgica e traiçoeiramente

os consumia e matava — e conseguindo depois salvá-los pêla anulação do édito sanguinário!

Débora, essa valente mulher, que tomou tanta vez a direção e comando de forças, sempre enérgica, sempre de ânimo intemerato e varonil, impulsionada pêlo grande afeto ao seu Povo!

E poderemos esquecer nesta síntese sublime de mulheres heroicas essa Donzela de San Remy, essa juvenil Figura da França, essa Santa Joanna d'Arc, que salvou a sua nacionalidade, fazendo sagrar em 1429 a Carlos VII e andando nas trincheiras do século XV cheia de civismo, sofrendo uma vida de martírio e bemdizendo, olhos no céu, alegremente, sorrindo, o sacrifício horroroso da terrível morte a que a condenou a superstição e a crueldade?

Analisai, Senhoras — eu vo-lo peço — o quanto ha de sublime na vida dêsse Anjo que tem em cada peito Francês um culto fervoroso e ardente e recebe sempre, dia e noite, a cada momento, em tronos magestosos de Luz, homenagens de Santa e Patriótica devoção.

Analisai e comovei-vos, Senhoras, — ao vêrdes, com os olhos do vosso espírito, essa mulher, santificada por Deus nos Altares, e pêlos Francêses na ternura dos seus afetivos corações!

E entre nós?!

Como é belo e consolador recordar perante a História o superior espírito dessa Aragonesa — a Rainha Santa Isabel — a pacificadora das batalhas, exemplo in-

vulgar de patriotismo, consoladora dos tristes, verdadeira mãe dos pobres!

E mais — como devemos olhar com orgulho e ufania pâra a grande Filippa de Vilhena, essa mulher que representou um verdadeiro tipo de energia, de força, de amor Pátrio, armando, como é sabido, e levando à luta — riso nos labios, embora a dor no coração — os seus amados filhos, pâra o ressurgir da sua, da nossa querida terra!

Recordai, Senhoras, todos esses exemplos e tantos outros que as páginas diamantinas da nossa História nos oferecem, e dizei-me se, com essa recordação vos será difícil empreender a jornada pâra que respeitosamente vos convidei, no exclusivo interesse deste torrão que nos foi Berço!

AS ESCOLAS
COM DIRETA INFLUÊNCIA
NA VIDA DOS POVOS

Terminarei em breve pâra não abusar da grande benevolência com que tenho sido distinguido.

Mas, antes de faze-lo, prevendo que a minha espetativa não seria iludida ao supor que a mocidade das Escolas concorreria a esta conferência — não, é claro, pêlo apagado nome do conferente — mas devido ao assunto por certo palpitante e momentoso do fim da tese a tratar, escrevi breves palavras que lhe dirijo, grato desde já ás suas atenções.

Estudantes !

Sabeis bem que sois os dirigentes do dia de amanhã; os orientadores dos diversos serviços, dos variados empreendimentos, das multiplas emprêsas, emfim, de todo êsse conjunto que tem concorrido e ha de concorrer no Futuro pâra abrir, cada vez mais, os nossos horisones !

Êsse Futuro, estudantes, é principalmente vosso!

Apóz o terminar dos vossos cursos, ingressando na vida prática, cada um de vós escolhendo os diversos ramos da atividade social em que melhor possa exercer a sua ação, cada um enveredando pêlo caminho mais adequado á sua indole e temperamento, lá ireis seguindo na esteira da vossa predileção e, a breve trecho, ensinareis, educareis, sereis, emfim, como vos disse, os elementos propulsores — guiadores — do nosso Povo.

Assim, bem o deveis reconhecer, tereis naturalmente árdua e importante missão a cumprir, tarefas espinhosas e dificeis a executar, canceiras violentas do vosso cérebro, locubrações exaustivas, e ainda, vêr-vos-eis obrigados ao estudo — sempre o estudo — porque sempre se deve estudar até morrer!

Mas consolai-vos — estudantes — porque a par dessas canceiras ireis sendo compensados com a grande alegria do saber, usofruindo depois momentos de indisivel ventura, quando mais tarde virdes frutificar o vosso estudo e a vossa aplicação.

Briosos estudantes que me ouvis!

Trabalhai, hoje e sempre, atravez de todas as vicissitudes da existência!

Sêde prudentes, càutos, respeitadores sempre do Santo Ideal da Patria; olhai com devoção e respeito os vossos mestres, que tanto concorrem pâra vos insuflar no cérebro as luzes do saber e do entendimento; jámais vos esqueçais dêles porque todo o tempo, por mais duradoira que seja a nossa vida, será pouco para lhes demonstrardes um bem merecido reconhecimento.

Olhai, Estudantes: com a franquesa e lealdade que vos falo, devo dizer-vos que um dos meus maiores prazeres, ainda hoje, é o de poder reverenciar os poucos professores que sobrevivem, de tantos que me ensinaram e ajudaram nos primeiros passos da minha infância e da minha mocidade académica.

Quando ainda os vejo e me é dado abraça-los, sinto-me transportado a esses felizes tempos dos liceus e colégios aonde recebi, e vós recebeis agora, doutrinas e ensinamentos — a essas escolas e logares de explicações — e revejo na minha mente todo um passado que me enche de saudade e me comove profundamente!

Comvôsco succederá o mesmo um dia e bem desejo que nos vossos corações existam então os gratos sentimentos de que vos falo!

Estudantes!

Vós podeis concorrer pâra ajudardes a tarefa da «Regeneração e das Reabilitações Sociaes»; podeis concorrer pâra isso hoje; mas muito mais amanhã!

Sim, amanhã, que dominareis, orientando e ensinando também.

O respeito pêlos mestres; a consideração d'estes, assim merecida, pâra comvôsco; o estudo; o porte social, próprio de quem tem certamente, como vós, os mais radicados princípios de educação; emfim, todo êsse conjunto, ajudado pêlos bons conselhos paternos e pêla suáve e racional repressão de possiveis, embora involuntàrias e até certo ponto naturaes, leviandades, ha de forçosamente ser de valioso proveito pâra vós e pâra a sociedade.

Crede — Estudantes — que me não moveu nesta exposição o mais leve intuito, que seria estulto, de me arvorar em vosso mentor, pois nem vós decerto disso precisais, nem os meus recursos permitiriam essa apresentação.

Mas falando e desenvolvendo um tema como aquele que me propuz, era conveniente, pêlo menos, dizer á mocidade, o que se me afigúrava em ordem á consecução dos bons e salutáres princípios.

E isto fiz — apenas com a autoridade — á falta de outra — da minha edade e da já grande experiencia da vida.

Estudantes !

De novo vos saúdo e de novo vos agradeço — absolutamente confiado na vossa inteligência e no auxílio — que reputo valiosíssimo — com que por certo secundareis o meu patriótico intento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Resurgimento da Pátria

Como síntese, agora, do meu trabalho, abraçando rapidamente todos os meios e processos apresentados pâra o fim indicádo, direi ainda, e por último, que a despeito da já também aludida confiança no nosso Porvir, têmos absoluta e imperiosamente o dever de nos corrigirmos dêsses defeitos gravíssimos a que também já fiz referência, defeitos vindos de longe, é certo, e por isso mêsmo nocivos, nefastos e merecedores de rígida repressão.

Já me referi á Imprensa em dois pontos da conferência.

Que éla me desculpe ainda uma terceira alusão, que, por sêr justa (pelo menos assim se me afigura) não podia sêr calada na verdade, que é obrigante.

Quero ainda frizar parecer-me necessário que êsse meio de propaganda, mudando da feição que algumas vêzes apresento com grave perigo sociál, se radique em fundos essencialmente Patrióticos.

Que me parece não poder ser admissivel que êle se

deixe avassalar por ondas de receio, deixando transparecer nos artigos jornalisticos desconfiânças constantes e levando assim até lá fóra o nosso descrédito.

Como pode compreênder-se, mênos admitir-se, que sejamos nós Portuguêses os primeiros a propalar os nossos defeitos, a salientar os nossos êrros, a desvendar, mêsmo, numa inconsciência apavorante, segredos que fàcilmente nos podem conduzír e até tem conduzido — a contingências lamentaveis ? !

Que loucura é esta que assim nos torna aos olhos extranhos mais energúmenos, do que Patriòtas ! ? e que até nos deve aviltar perante as consciencias ? !

Que, como já disse, procuremos emendar-nos por estudos fervorosos, combinando os meios pâra isso conducentes e eficâzes, compreende-se, justifica-se e exíge-se mêsmo, como já atráz expuz quanto a outro ponto.

Mas devemos conseguir tudo isso por fórma quanto possivel recolhida — até secretamente, em certos casos — e jàmais levar lá fóra, lá longe, notícias, tantas vêzes erradas ou tendenciosas que, em logar de servirem á causa da nossa valorisação, nos apoucam, envilecem e, de muítas maneiras, nos prejudicam.

Precizamos de ser castos, exátamente pâra sêrmos úteis aos nossos interesses.

E' certo que muita Imprensa se mantém dentro das severas e rígidas fórmas da causa do Patriotismo, sendo assim credora da nossa admiração e do nosso respeito.

E' também indubitável que, como já me parece ter

referido ; alguma mêsmo tem sustentado ultimamente campanhas dificilimas a bem do Paiz, e que lhe tem acarretado criminosas e graves dissenções e prejuizos.

Toda essa Imprensa que assim desassombradamente procede, merece o aplauso dos que desêjam as prosperidades da Patria.

Mas também ha alguma que assim não procede e tem fatalmente de mudar de processos, adotando, aqueles que certamente o seu bom senso lhe indicará, num exâme circunspéto e conscienciôso.

Ainda — e como têmos pâra cumprir a tarefa que nos propuzémos — de dizer todas as verdades que entendamos poderem concorrer ao nosso bem estar, vêmo-nos forçados a lavrar o nosso mais veemente sentimento pâra todos aqueles que pêlo facto de pertencerem a determinadas fáções, sistemáticamente desdenham das contrárias, as deprímem e até, por vêzes, as menosprezam e injuriam — simplesmente porque o são — não olhando ao seu valor, tantas vêzes também autêntico — esquecendo-se tristemente de que por êsses mesquinhos processos são nocivos aos sagrados interesses das coletividades e da Pátria, quando poderiam em argumentação lial, sêr-lhes altamênte benéficos.

Vamos Senhores !

Digamo-lo com franquêza, com essa franquêza que é absolutamente precisa para cautèrio de tanta ferida moral das Sociedades :

Precisamos pôr de parte sectarismos revoltantes e insensatos; expungir ideias falsas e deletérias; pôr termo ás lutas fratricidas que nos envergonhem; eliminar discussões puerís que nos envilêçam; elevarmo-nos no Altar das nossas consciências; despertarmos pâra o caminho do Dever — único admissivel á conquista de direitos —; dignificarmo-nos; depurarmo-nos no crisól da Honra; sermos, emfim, verdadeiros irmãos no sangue e no patriotismo; e juntos, bem juntos, bem unidos — como um só — corações bem ao alto como agora sóe dizer-se em felicíssima imagem — olhos fixos na História — a maior do mundo — caminharmos pâra a conquista dum Portugal maior ainda, e sempre pâra a manutenção da nossa Independência e da nossa Liberdade!

Assim evitaremos divisões e desmembramentos do Paiz, que o mêsmo seria que dizer-se a paralisação das nossas indùstrias, a diminuição do nosso comercio, a morte, lenta, mas inevitavel de todas as energias!

E agora, minhas senhoras e meus senhores, se é verdade eu haver tido a felicidade de conseguir por alguma fórma lançar no vosso espírito a intensificação patriótica que deve, por causas apresentadas, contribuir pâra o nosso rejuvenescimento e pâra a nossa grandesa, quero pedir-vos, como nota e remate final do meu consciente e sincero trabalho, que me acompanheis numa saudação grandiosa e sempre bela!

Uma saudação que embora limitada materialmente

ao pequêno âmbito desta sala, se repercuta por serras e planícies, em vibrações fulgurantes de civismo — ainda aos mais afastados confins do Universo ! Uma saudação que, bem conhecida e bem interpretada leve a todos os Portuguêses, sobretudo a êsses que, lá longe, muito longe, moirejam em trabalho exaustivo e cruciante, a certêza de que cada vêz se radica mais em nós outros a ideia da nossa fôrça e da nossa Fé !

Uma saudação que os faça também sentir e enternecer pêla lembrança d'aquilo que cá deixaram !

Uma saudação que, quando por êles sabida, lhes recorde os torrões que cultivaram ; as campinas floridas e belas, de verde esmeraldino, que lhes deliciavam a vista; os murmurantes arroios tão cheios de melancolia e de encanto ; as ridentes paiságens das terras aonde nasceram ; o suáve bucolismo dos rebanhos ; e até, que lhes faça sentir o plangente perpassar da brisa atravéz das frondosas árvores a cuja sombra se acolhiam e descançavam das lides e canceiras ; que os faça mêsmo descobrir e rezar pêla espiritual audição do comovente toque de Trindades, nos sinos das suas aldeias !

Sim, Senhoras e Senhores :

Uma saudação que, sabida dêsses nossos irmãos lá fóra, longe, muito longe, quando conhecerem o que cá vai, os encorage, os anime, os impulsione e incite pâra tudo a que os guiou e amparou na infância, pâra tudo o que os agasalhou na mocidade !

Uma saudação que os faça bem apegar ao que cá está, ao que cá têem, embora pouco no seu valor intrínseco, mas imenso pêlo seu valor moral; uma saudação que lhes não permita mais e antes de futuro evite — naturalisações, embora sedutoras; que contribua eficázmente pâra anular — ao mênos diminuir—o exôdo terrivel que presentemente nos assoberba, nos prejudica e nos envergonha; uma saudação que os faça sempre recordar, nostálgicos e tristes, dos seus lares, dos seus amigos, dos seus companheiros, afinal, de nós todos, que devemos sêr e sômos irmãos pêlo afêto e pêla nacionalidade!

Uma saudação que os faça pensar, que os faça comover, que os faça chorar, de fórma a jámais esquecerem este conjunto de belesas naturais do nosso querido Portugal — deste Portugal ainda forte, sempre forte, cada vez mesmo mais forte atravêz das vicissitudes e das desgraças!

Uma saudação, emfim, que os faça ver bem, com os olhos do coração, este formosissimo Paiz; que os traga até cá, emquanto definitivamente o não fazem, pêla Santa apreensão dos sentidos; que sobretudo os não deixe esmorecer nem fraquejar e que os faça olhar com divinal respeito, num recolhimento absoluto, o santo Ideal da Patria — esse Lábaro Augusto, esse Simbolo admirável, esse Lema das Quinas, esse glorioso Estandarte a cuja sombra tanto combatemos e tanto ganhámos, essa querida e sempre esperançosa Bandeira Nacional!

Sim, peço-vos isso a todos, minhas Senhoras e meus Senhores!

Peço-vos essa prova de civismo — aliás bem radicada certamente no vosso sentir!

Uma saudação — como que um treno de amor celestiál e angélico — a impressionar docemente, deliciosamente, a nossa grande Alma!

Palavras singélas — mas que reflitam toda a puresa alvinitente do nosso pensar constante pêlas venturas da Pátria!

Palavras símples — mas que serão hoje, amanhã e sempre, a tradução do anélo supremo do Povo!

E' isso o que vos peço; e isso será também o melhor prémio que podeis conceder ao meu trabalho; a melhor consolação com que podeis compensar o tempo dedicado a uma tarefa que, Deus ha de permiti-lo — frutificará na hora dificil que atravessamos.

Levantemo-nos todos, Senhoras e Senhores!

E digamos bem alto, bem do fundo dos nossos corações — sangue a latejar com mais fôrça nas artérias — intensamente e comovidamente:

Viva a Pátria Portuguesa!

centro ciência viva
RÓMULO DE CARVALHO

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 6
BIBLIOTECA

RÓMULO
CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA
1329644245